



RELATÓRIO DETALHADO DO QUADRIMESTRE ANTERIOR
ACOMPANHAMENTO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO
2º QUADRIMESTRE DE 2023

Janeiro a Agosto



Luiz Carlos Zamarco
Secretário Municipal de Saúde

Maurício Serpa
Secretário-adjunto

Roberto Carlos Rossato
Chefe de Gabinete

Assessoria Parlamentar e Gestão Participativa
Ivan Cáceres

Equipe Técnica
Andreia Maria de Jesus
Fábio Henrique Salles
Fábio Nascimento
Rosemeire Saraiva de Alencar

Apoio
Alda Pereira de Souza Silva
Domingo Dário Silva de Sá

Secretaria-Executiva de Atenção Básica, Especialidades e Vigilância em Saúde
Sandra Sabino Fonseca

Secretaria-Executiva de Atenção Hospitalar
Marilande Marcolin

Secretaria-Executiva de Regulação, Monitoramento, Avaliação e Parcerias
Benedicto Accacio Borges Neto

Secretaria-Executiva de Gestão Administrativa
Maurício Serpa

Coordenadoria de Finanças e Orçamento - CFO
Pamela Elisa Cano Gualiato

Equipe Técnica
Ederson de Amorim Silva
Gilberto de Brito Ferreira
José Cláudio Domingos
Luana Nascimento dos Santos
Renata Regina de Oliveira França
Renato Félix de Oliveira
Sandra Francisca da Silva

Sumário	Página
INTRODUÇÃO	4
RECEITAS, DESPESAS , ANÁLISE E CÁLCULO - LEI COMPLEMENTAR 141/12	5
- Receita - LC 141/2012	6
- Despesa - LC 141/2012	7
- Análise da Aplicação	8
- Cálculo da Aplicação em Ações e Serviços Públicos de Saúde (ASPS)	9
DESPESAS - EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	10
- Despesas por Órgão	11
- Despesas por Fonte	12
- Despesas por Função Saúde	13
- Despesas por Subfunção Saúde	14
- Histórico Percentual das Despesas Empenhadas (Fontes Financeiras)	15
RECEITAS ADICIONAIS PARA O FINANCIAMENTO DA SAÚDE	16
- Receita - Transferências Voluntárias	17-20
PRINCIPAIS GRUPOS DE DESPESAS	21
- Detalhamento das Despesas	22
- Contrato de Gestão e Convênios (Organizações Sociais)	23
- Prestadores SUS	24-25
AUDITORIA	26
- Auditorias Realizadas	27-32
GLOSSÁRIO	33-39



Introdução

Apresentamos o Relatório Detalhado do Quadrimestre e acompanhamento orçamentário e financeiro:

- Cumprindo a Lei Federal 141/12, § 5º Artigo 36 e atendendo Resolução CNS 459, de 10/10/2012, sites:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp141.htm

<https://digisusgmp.saude.gov.br/storage/conteudo/jljoriPgg54Pi7umoX4gdnoat4pVPeTgW1vSnE7F.pdf>

- Atendendo os Incisos I, II e III do Art. 36 da LC 141/2012:

- Inciso I - montante e fonte dos recursos aplicados no período:
páginas 5 a 21 deste Relatório;

- Inciso II - auditorias realizadas ou em fase de execução no período e suas recomendações e determinações:
páginas 25 a 29 deste Relatório;

- Inciso III - oferta e produção de serviços públicos na rede assistencial própria, contratada e conveniada, cotejando esses dados com os indicadores de saúde da população em seu âmbito de atuação:

Páginas 22 a 24 deste Relatório, contendo relação dos prestadores de serviços e respectivos recursos financeiros.

Finalmente lembramos também que os Demonstrativos de Receitas e Despesas alterados para 2020 estão em conformidade a MDF 10ª edição, PORTARIA STN Nº 286, DE 7 DE MAIO DE 2019, como evidenciados nos sites:

<https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-n%C2%BA-286-de-7-de-maio-de-2019-87306776>

<https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/manual-de-demonstrativos-fiscais-mdf/2020/26-2>

RELATÓRIO DETALHADO DO QUADRIMESTRE ANTERIOR

APLICAÇÃO LC 141/2012

Demonstrativo de Receitas, Despesas e Análise

2º QUADRIMESTRE DE 2023

Janeiro a Agosto

Secretaria Municipal da Saúde

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS

A receita do Município para apuração da aplicação em ações e serviços públicos de saúde (ASPS) até o 2º Quadrimestre de 2023 foi de R\$ 44.763.044.842 (quarenta e quatro bilhões, setecentos e sessenta e três milhões, quarenta e quatro mil e oitocentos e quarenta e dois reais), representando 69,01% da previsão da receita para 2023 (arrecadação de impostos líquidos e receitas de transferências constitucionais e legais).

Outras receitas adicionais, no valor de R\$ 1.877.920.464 (um bilhão, oitocentos e setenta e sete milhões, novecentos e vinte mil e quatrocentos e sessenta e quatro reais), complementam o total para financiamento da saúde, conforme demonstrado no quadro abaixo.

RECEITA - Receitas até o 2º Quadrimestre de 2023					
Tabela I - LEI COMPLEMENTAR 141/12 - DEMONSTRATIVO DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS (RECEITA) - VALORES EM REAIS R\$					
RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	Receitas Realizadas até o 2º Quadrimestre de 2023 (b)	% (b/a)	Receitas Realizadas até o 2º Quadrimestre de 2022
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	50.315.990.602	50.315.990.602	34.563.359.570	68,69%	32.054.694.277
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	13.661.081.831	13.661.081.831	10.329.885.348	75,62%	9.815.447.923
Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do IPTU	1.362.268.639	1.362.268.639	993.697.411	72,94%	1.033.062.330
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	3.485.188.593	3.485.188.593	2.092.264.616	60,03%	2.124.207.270
Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ITBI	51.647.849	51.647.849	34.016.296	65,86%	33.767.025
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	27.774.393.403	27.774.393.403	18.107.851.055	65,20%	16.507.177.869
Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ISS	730.478.143	730.478.143	500.204.667	68,48%	531.589.864
Receita Resultante do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza Retido na Fonte - IRRF	3.250.932.144	3.250.932.144	2.505.440.178	77,07%	2.009.441.995
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	14.544.542.126	14.544.542.126	10.199.685.272	70,13%	10.240.060.408
Cota-Parte FPM	512.932.304	512.932.304	347.958.439	67,84%	332.635.812
Cota-Parte ITR	6.051.510	6.051.510	14.171.713	234,18%	14.485.507
Cota-Parte IPVA	3.711.828.895	3.711.828.895	3.757.158.082	101,22%	3.073.162.596
Cota-Parte ICMS	10.243.081.396	10.243.081.396	6.045.585.518	59,02%	6.779.068.475
Cota-Parte IPI-Exportação	70.648.021	70.648.021	34.811.519	49,27%	40.708.018
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais, desoneração ICMS (LC 87/96)	-	-	-	-	-
Outras	-	-	-	-	0
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	64.860.532.728	64.860.532.728	44.763.044.842	69,01%	42.294.754.684
RECEITAS ADICIONAIS PARA O FINANCIAMENTO DA SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	Receitas Realizadas até o 2º Quadrimestre de 2023 (b)	% (b/a)	Receitas Realizadas até o 2º Quadrimestre de 2022
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS PARA A SAÚDE	2.603.169.356	2.603.169.356	1.828.708.513	70,25%	1.894.693.949
Proveniente da União - Fundo a Fundo	2.484.770.800	2.484.770.800	1.780.026.766	71,64%	1.760.372.878
Provenientes dos Estados	118.398.556	118.398.556	48.681.747	41,12%	134.321.072
Outras Receitas	-	-	-	-	-
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS	-	-	-	-	-
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	125.960.004,00	125.960.004,00	35.274.694	28,00%	31.241.397
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	11.531.376	11.531.376	13.937.257	120,86%	11.832.770
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	2.740.660.736	2.740.660.736	1.877.920.464	68,52%	1.937.768.117

Fonte: Secretaria Municipal da Fazenda - RREO ANEXO 12_Saúde_4ºBIM_rev1.xlsx (LC141/2012, art 35), em agosto de 2023

Secretaria Municipal da Saúde

DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS

Empenhadas: somam R\$ 14.930.068.894 (quatorze bilhões, novecentos e trinta milhões, sessenta e oito mil e oitocentos e noventa e quatro.) representando 75,02 % da Dotação Orçamentária para 2023, sendo R\$ 12.150.998.833 (doze bilhões, cento e cinquenta milhões, novecentos e noventa e oito mil e oitocentos e trinta e três.) em **despesas com ações e serviços públicos de saúde**, e R\$ 2.779.070.061 (dois bilhões, setecentos e setenta e nove milhões, setenta mil e sessenta e um) em **despesas não computadas** para fins de apuração do percentual mínimo;

Liquidadas: somam R\$ 12.075.418.899 (doze bilhões, setenta e cinco milhões, quatrocentos e dezoito mil e oitocentos e noventa e nove) representando 80,88% da Dotação Orçamentária para 2023, sendo R\$ 10.045.211.081 (dez bilhões, quarenta e cinco milhões, duzentos e onze mil e oitenta e um) em **despesas com ações e serviços públicos de saúde**, e R\$ 2.030.207.818 (dois bilhões, trinta milhões, duzentos e sete mil, oitocentos e dezoito) em **despesas não computadas** para fins de apuração do percentual mínimo.

DESPESA - Despesas até o 2º Quadrimestre de 2023										
Tabela II - LEI COMPLEMENTAR 141/12 - DEMONSTRATIVO DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS (DESPESAS) - VALORES EM REAIS R\$										
Válido a partir do exercício financeiro de 2020 (Portaria STN nº 286 de 07 de maio de 2019)										
DESPESAS TOTAIS COM SAÚDE (computadas e não computadas no cálculo do limite mínimo)	Até o 2º Quadrimestre de 2023								Até o 2º Quadrimestre de 2022	
	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (c)	Empenhadas (d)	Percentual (d/c)	Liquidadas (e)	Percentual (e/c)	Pagas (f)	Inscritas em Restos a Pagar não Processados	Empenhadas	Liquidadas
ATENÇÃO BÁSICA	7.620.571.173	8.130.912.435	6.126.969.265	75,35%	5.466.662.351	67,23%	5.437.539.083	660.306.914	5.219.606.001	4.892.825.441
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	6.206.070.453	6.938.439.318	5.378.759.171	77,52%	3.978.761.941	57,34%	3.933.914.579	1.399.997.230	4.310.299.636	3.575.557.423
SUORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO	524.546.658	617.091.475	500.651.922	81,13%	351.803.884	57,01%	328.842.701	148.848.038	422.549.738	292.771.783
VIGILÂNCIA SANITÁRIA	229.563.633	275.837.433	155.534.667	56,39%	89.425.415	32,42%	86.987.300	66.109.252	125.176.046	69.497.130
OUTRAS SUBFUNÇÕES	3.202.140.852	3.939.035.196	2.768.153.869	70,27%	2.188.765.307	55,57%	2.168.878.148	579.388.562	1.924.453.343	1.754.029.216
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE	17.782.892.769	19.901.315.857	14.930.068.894	75,02%	12.075.418.899	80,88%	11.956.161.811	2.854.649.995	12.002.084.764	10.584.680.993
DESPESAS COM SAÚDE (não computadas no cálculo do limite mínimo)	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (c)	Empenhadas (d)	Percentual (d/c)	Liquidadas (e)	Percentual (e/c)	Pagas (f)	Inscritas em Restos a Pagar não Processados	Empenhadas	Liquidadas
ATENÇÃO BÁSICA	993.644.925	1.394.832.438	841.666.267	60,34%	673.357.683	48,28%	668.104.845	168.308.584	695.232.556	556.421.224
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	1.706.930.662	1.974.815.484	1.359.518.540	68,84%	909.415.785	46,05%	893.568.573	450.102.755	1.266.192.610	928.808.322
SUORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO	141.230.491	233.572.609	185.652.290	79,48%	134.067.326	57,40%	124.623.411	51.584.964	144.762.864	100.666.183
VIGILÂNCIA SANITÁRIA	151.858.417	196.307.617	110.412.155	56,24%	70.639.894	35,98%	69.969.296	39.772.260	134.847.519	61.492.273
OUTRAS SUBFUNÇÕES	368.654.301	419.062.625	281.820.809	67,25%	242.727.129	57,92%	239.992.606	39.093.680	204.907.722	171.496.956
TOTAL DAS DESPESAS NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	3.362.318.796	4.218.590.773	2.779.070.061	65,88%	2.030.207.818	48,13%	1.996.258.731	748.862.243	2.445.943.271	1.818.884.957
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	14.420.573.973	15.682.725.083	12.150.998.833	96,60%	10.045.211.081	93,18%	9.959.903.080	2.105.787.752	9.556.141.493	8.765.796.036
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E RANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS MÍNIMO CONSTITUCIONAL = 15%			27,15%		22,44%				22,59%	20,73%

Fonte: Secretaria Municipal da Fazenda - RREO ANEXO 12_Saúde_4ºBIM_rev1.xls (LC141/2012, art 35), em agosto de 2023

Secretaria Municipal da Saúde

ANÁLISE DA APLICAÇÃO EM AÇÕES DE SAÚDE

Temos no quadro abaixo, o comparativo das despesas e receitas do município em ações e serviços públicos em saúde, referente ao acumulado até o 2º quadrimestre de 2023 e mesmo período de 2022. As despesas empenhadas para 2023 e 2022, representam respectivamente 27,15 % e 22,59% e as liquidadas 22,44% e 20,73%.

RECEITAS			Receitas no 2º Quadrimestre de 2023		Receitas no 2º Quadrimestre de 2022
Receitas para Apuração da Aplicação em Ações e Serviços Públicos de Saúde (ASPS)	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	Receitas Realizadas (b)	sobre atualizada (%) (b/a)	Realizadas
Receitas de Impostos Líquidas (I)	50.315.990.602	50.315.990.602	34.563.359.570	68,69%	32.054.694.277
Receitas de Transferências Constitucionais e Legais (II)	14.544.542.126	14.544.542.126	10.199.685.272	70,13%	10.240.060.407
Total das Receitas para apuração da Aplicação em Ações e Serviços Públicos de Saúde (III) = I + II	64.860.532.728	64.860.532.728	44.763.044.842	69,01%	42.294.754.683

DESPESAS			Despesas no 2º Quadrimestre de 2023				Despesas no 2º Quadrimestre de 2022	
Despesas com Saúde	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (c)	Empenhadas (d)	Liquidadas (e)	sobre atualizada (%)		Empenhadas	Liquidadas
					(d/c)	(e/c)		
Despesas Correntes	17.335.205.332	19.093.934.401	14.537.109.062	11.949.486.540	76,13%	62,58%	11.720.894.800	10.501.782.539
Despesas de Capital	447.687.437	807.381.455	392.959.832	125.932.360	48,67%	15,60%	281.189.963	82.898.454
Total das Despesas com Saúde (IV)	17.782.892.769	19.901.315.857	14.930.068.894	12.075.418.899	75,02%	60,68%	12.002.084.763	10.584.680.993
Total das Despesas com Saúde não Computadas para Apuração do Percentual Mínimo (V)	3.362.318.796	4.218.590.773	2.779.070.061	2.030.207.818	65,88%	48,13%	2.445.943.271	1.818.884.957
Total das Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde (VI) = (IV - V)	14.420.573.973	15.682.725.083	12.150.998.833	10.045.211.081	Valor referente à diferença (a maior) entre o valor Empenhado e o Limite Mínimo Constitucional de 15% R\$ 5.436.542.107		9.556.141.492	8.765.796.036
Percentual de Aplicação em Ações e Serviços Públicos de Saúde (ASPS) sobre Total das Receitas Realizadas			27,15%	22,44%			22,59%	20,73%

FONTE: CFO e Sistema Orçamentário Financeiro (SOF) - Secretaria Municipal da Saúde, em agosto de 2023

Secretaria Municipal da Fazenda - RREO ANEXO 12_Saúde_4ºBIM_rev1.xlsx (LC141/2012, art 35), em agosto de 2023

Cálculo do Percentual de Aplicação em Ações e Serviços Públicos de Saúde (ASPS)

O cálculo do Percentual ASPS é obtido pelas fórmulas a seguir:

	despesa empenhada	12.150.998.833		
Percentual de aplicação mínimo em ASPS - LC 141/12	=	-----	=	----- = 27,15%
	receita realizadade	44.763.044.842		

	despesa liquidada	10.045.211.081		
Percentual de aplicação mínimo em ASPS - LC 141/12	=	-----	=	----- = 22,44%
	receita realizadade	44.763.044.842		

FONTE: CFO e Sistema Orçamentário Financeiro (SOF) - Secretaria Municipal de Saúde, em agosto de 2023

Secretaria Municipal da Fazenda - RREO ANEXO 12_Saúde_4ºBIM_rev1.xlsx (LC141/2012, art 35), em agosto de 2023



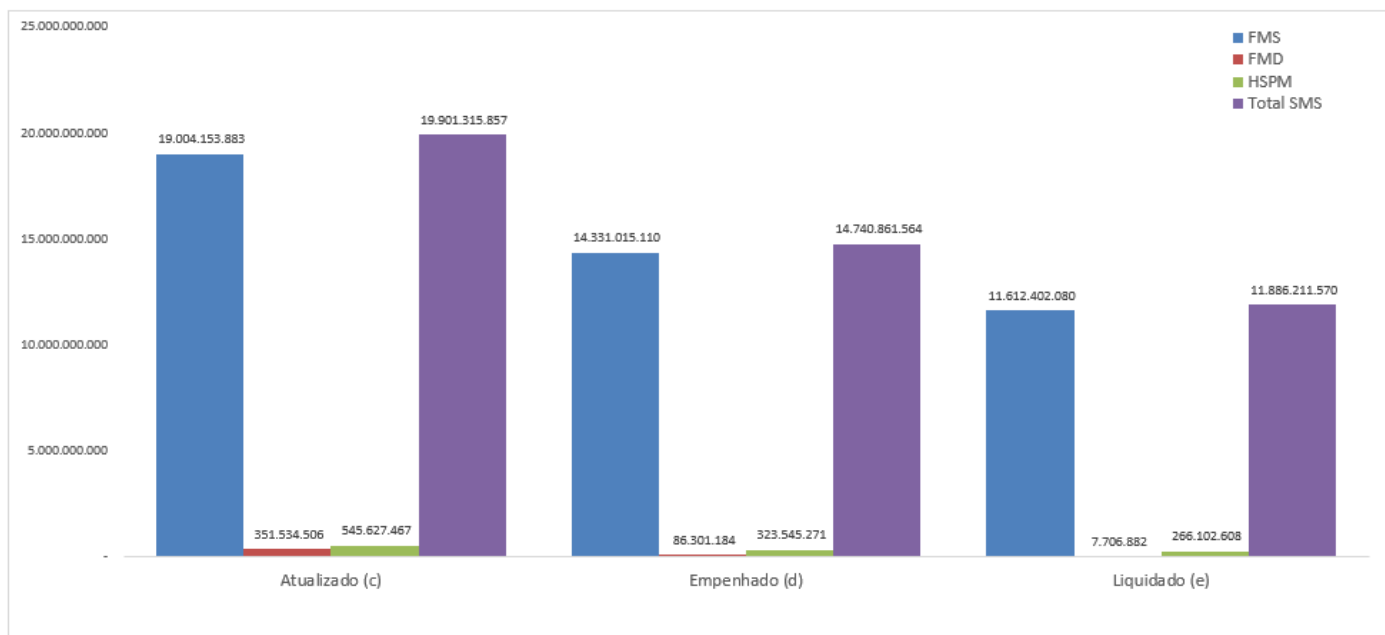
RELATÓRIO DETALHADO DO QUADRIMESTRE ANTERIOR

APLICAÇÃO LC 141/2012

Demonstrativo das Despesas:
por Órgão, Fonte, Função e Subfunção
2º QUADRIMESTRE DE 2023
Janeiro a Agosto

**CIDADE DE
SÃO PAULO**
SAÚDE
Secretaria Municipal da Saúde

Execução Orçamentária - 2º Quadrimestre 2023							
Despesas por Órgão, valores em R\$							
Órgão	Inicial	Atualizado (c)	Empenhado (d)	Liquidado (e)	Pago (f)	(d/c)	Congelado
FMS	17.351.684.626	19.004.153.883	14.331.015.110	11.612.402.080	11.501.983.785	75,41%	113.268
FMD	3.000	351.534.506	86.301.184	7.706.882	7.331.437	24,55%	0
HSPM	431.206.143	545.627.467	323.545.271	266.102.608	256.879.574	59,30%	0
Total SMS	17.782.893.769	19.901.315.857	14.740.861.564	11.886.211.570	11.766.194.797	74,07%	113.268

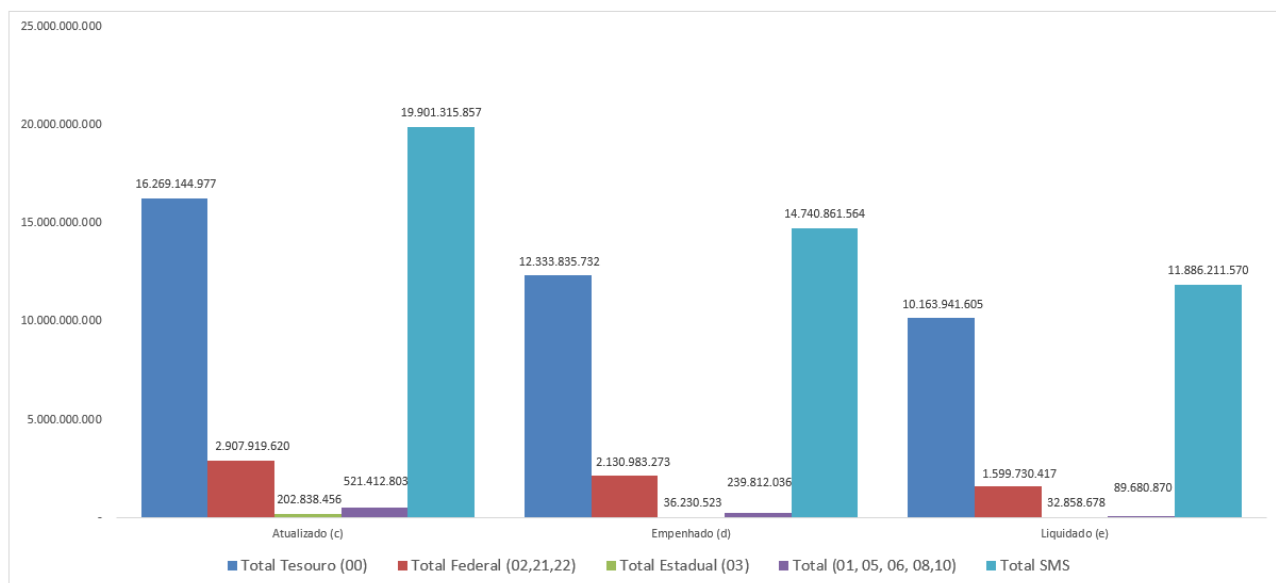


FONTE: Sistema Orçamentário Financeiro (SOF)

FONTE: CFO e Sistema Orçamentário Financeiro (SOF) - Secretaria Municipal de Saúde, em agosto de 2023

Secretaria Municipal da Saúde

Execução Orçamentária - 2º Quadrimestre 2023							
Despesas por Fonte, valores em R\$							
Fonte	Inicial	Atualizado (c)	Empenhado (d)	Liquidado (e)	Pago (f)	(d) / total (d)	Congelado
Tesouro (00) - Outras			12.041.036.100	9.918.908.124	9.834.247.996	81,68%	0
Tesouro (00) - Covid			292.799.632	245.033.481	235.490.444	1,99%	
Total Tesouro (00)	14.933.330.105	16.269.144.977	12.333.835.732	10.163.941.605	10.069.738.440	83,67%	0
Federal (02) - Outras			2.105.673.457	1.574.749.071	1.551.851.791	14,28%	0
Federal (21) - Covid			25.309.816	24.981.346	24.773.746	0,17%	0
Federal (22) - Covid			0	0	0	0,00%	0
Total Federal (02,21,22)	2.586.517.744	2.907.919.620	2.130.983.273	1.599.730.417	1.576.625.536	14,46%	0
Estadual (03) - Outras			36.230.523	32.858.678	32.260.554	0,25%	0
Estadual (03) - Covid			0	0	0	0,00%	0
Total Estadual (03)	121.931.028	202.838.456	36.230.523	32.858.678	32.260.554	0,25%	0
(01, 05, 06, 08,10) - Outras			232.306.911	82.443.965	80.333.361	1,58%	113.268
(01, 05, 06, 08,10) - Covid			7.505.126	7.236.905	7.236.905	0,05%	0
Total (01, 05, 06, 08,10)	141.114.892	521.412.803	239.812.036	89.680.870	87.570.266	1,63%	113.268
Total - Outras			14.415.246.990	11.608.959.838		97,79%	113.268
Total - Covid			325.614.574	277.251.732		2,21%	0
Total SMS	17.782.893.769	19.901.315.857	14.740.861.564	11.886.211.570	11.766.194.797	100,00%	113.268



Descrição das fontes de recursos financeiros

Fonte 00 = Tesouro Municipal
 Fonte 01 = Operações de Crédito
 Fonte 02 = Transferências Federais
 Fonte 03 = Transferências Estaduais
 Fonte 05 = Outras Fontes
 Fonte 06 = Recursos Próprios da Administração Indireta
 Fonte 08 = Tesouro Municipal - Recursos Vinculados
 Fonte 10 = Alienação de Bens/Ativos
 Fonte 21 = COVID = Transf. Fed.: Custeio COVID Fundo a Fundo - Serv. Púb. de Saúde
 Fonte 22 = COVID = Transf. Fed.: Invest. COVID Fundo a Fundo - Serv. Púb. de Saúde
 Fonte 24 = COVID = Transferências Federais - LC 173/2020, Art5º, I

FONTE: CFO e Sistema Orçamentário Financeiro (SOF) - Secretaria Municipal de Saúde, em maio de 2023

Secretaria Municipal da Saúde

Execução Orçamentária - Função Saúde - em R\$							
2º Quadrimestre 2023							
Unidade Orçamentária (código e descrição)	Inicial	Atualizado (c)	Empenhado (d)	Liquidado (d)	Pago (f)	(d/c)	Congelado
84.10 Fundo Municipal da Saúde - Gabinete	16.469.007.416	18.248.182.301	13.705.810.951	11.300.304.205	11.202.927.156	75,11%	113.268
07.10 Fundo Municipal de Desenvolvimento Social	3.000	351.534.506	86.301.184	7.706.882	7.331.437	24,55%	0
84.11 Fundo Municipal da Saúde - Gab./BID	364.090.261	218.047.250	177.229.583	75.149.808	73.681.602	81,28%	0
84.21 Hospital Cachoeirinha	42.002.000	42.252.000	34.966.284	21.178.750	18.858.390	82,76%	0
84.22 Coord. de Vigilância em Saúde	80.486.682	77.895.859	46.145.097	18.648.681	17.330.186	59,24%	0
84.23 Coord. Regional de Saúde Norte	62.643.900	73.667.124	66.505.645	32.147.526	29.433.505	90,28%	0
84.24 Coord. Regional de Saúde Sul	130.579.717	124.979.717	110.128.933	65.281.472	64.205.782	88,12%	0
84.25 Coord. Regional de Saúde Sudeste	78.741.392	91.401.146	78.216.561	43.358.204	41.259.094	85,58%	0
84.26 Coord. Regional de Saúde Leste	72.413.877	72.599.112	66.827.275	31.911.332	31.587.334	92,05%	0
84.27 Coord. Regional de Saúde Oeste	36.946.881	36.986.881	30.332.718	16.126.340	14.430.510	82,01%	0
84.28 Coord. Regional de Saúde Centro	14.772.500	18.142.493	14.852.063	8.295.763	8.270.226	81,86%	0
TOTAL ADMINISTRAÇÃO DIRETA	17.351.687.626	19.355.688.390	14.417.316.293	11.620.108.962	11.509.315.222	74,49%	113.268
02.10 Hosp. Servidor Público Municipal	431.206.143	545.627.467	323.545.271	266.102.608	256.879.574	59,30%	0
TOTAL ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	431.206.143	545.627.467	323.545.271	266.102.608	256.879.574	59,30%	0
TOTAL ORÇAMENTO FUNÇÃO SAÚDE	17.782.893.769	19.901.315.857	14.740.861.564	11.886.211.570	11.766.194.797	74,07%	113.268

Fonte: CFO e Sistema Orçamentário Financeiro (SOF) - Secretaria Municipal da Saúde, em agosto de 2023

Secretaria Municipal da Saúde

Execução Orçamentária - Subfunção Saúde - em R\$										
2º Quadrimestre 2023										
Subfunção Saúde (código e descrição)		Inicial	Atualizado (c)	Empenhado (d)	Liquidado (e)	Pago (f)	(d/c)	(d/total d)	Restos a Pagar	
									(g) = (d) - (e)	(g/total d)
122	Administração Geral	2.437.612.560	2.705.136.895	1.503.522.657	1.421.227.892	1.413.674.814	55,58%	10,20%	82.294.766	0,56%
126	Tecnologia da Informação	144.193.662	414.685.868	264.610.220	138.570.075	125.501.587	63,81%	1,80%	126.040.145	0,86%
128	Formação de Recursos Humanos	4.534.226	8.220.226	2.522.964	442.413	421.292	30,69%	0,02%	2.080.551	0,01%
131	Comunicação Social	100.000	100.000	0	0	0	0,00%	0,00%	0	0,00%
301	Atenção Básica	7.620.571.173	8.130.912.435	6.126.969.265	5.466.662.351	5.437.543.964	75,35%	41,56%	660.306.914	4,48%
302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	6.206.070.453	6.938.439.318	5.377.144.392	3.977.147.163	3.932.299.801	77,50%	36,48%	1.399.997.230	9,50%
303	Suporte Profilático e Terapêutico	524.546.658	617.091.475	500.651.922	351.803.884	328.842.701	81,13%	3,40%	148.848.038	1,01%
304	Vigilância Sanitária	229.563.633	275.837.433	154.856.521	88.747.269	86.309.154	56,14%	1,05%	66.109.252	0,45%
422	Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	701.404	601.404	292.820	145.708	136.670	48,69%	0,00%	147.112	0,00%
271	Previdência Básica	615.000.000	810.290.802	810.290.802	441.464.815	441.464.815	100,00%	5,50%	368.825.987	2,50%
TOTAL		17.782.893.769	19.901.315.857	14.740.861.564	11.886.211.570	11.766.194.797	74,07%	100,00%	2.854.649.995	19,37%

FONTE: CFO e Sistema Orçamentário Financeiro (SOF) - Secretaria Municipal de Saúde, em agosto de 2023

Secretaria Municipal da Saúde

Histórico Percentual das Despesas Empenhadas (Fontes Financeiras)				
2º Quadrimestre de 2023				
Ano	Fonte 00 Tesouro Municipal	Fontes 02, 21, 22, 24 Transferências Federais	Fonte 03 Transferências Estaduais	Fontes 01, 05, 06, 08, 10 (créditos, próprias, alienação)
2009	75,00%	24,06%	0,88%	0,05%
2010	75,85%	23,55%	0,56%	0,04%
2011	74,58%	25,20%	0,17%	0,05%
2012	75,29%	24,41%	0,22%	0,08%
2013	72,24%	27,13%	0,56%	0,07%
2014	74,32%	24,99%	0,56%	0,13%
2015	75,11%	24,45%	0,32%	0,13%
2016	77,91%	21,84%	0,18%	0,07%
2017	79,36%	20,34%	0,19%	0,11%
2018	79,88%	19,68%	0,13%	0,31%
2019	75,60%	22,70%	0,60%	1,10%
2020	71,70%	23,90%	2,00%	2,40%
2021	76,85%	19,97%	1,62%	1,50%
2022	83,49%	14,80%	0,83%	0,87%
2023 (1º QD)	84,59%	13,56%	0,83%	0,87%
2023 (2º QD)	83,67%	14,46%	0,25%	1,63%

Descrição das fontes de recursos financeiros

Fonte 00 = Tesouro Municipal

Fonte 01 = Operações de Crédito

Fonte 02 = Transferências Federais

Fonte 03 = Transferências Estaduais

Fonte 05 = Outras Fontes

Fonte 06 = Recursos Próprios da Administração Indireta

Fonte 08 = Tesouro Municipal - Recursos Vinculados

Fonte 10 = Alienação de Bens/Ativos

Fonte 21 = COVID = Transf. Fed.: Custeio COVID Fundo a Fundo - Serv. Púb. de Saúde

Fonte 22 = COVID = Transf. Fed.: Invest. COVID Fundo a Fundo - Serv. Púb. de Saúde

Fonte 24 = COVID = Transferências Federais - LC 173/2020, Art5º, I

FONTE: CFO e Sistema Orçamentário Financeiro (SOF) - Secretaria Municipal de Saúde, em agosto de 2023



RELATÓRIO DETALHADO DO QUADRIMESTRE ANTERIOR

APLICAÇÃO LC 141/2012

Transferências Fundo a Fundo e Voluntárias

2º Quadrimestre de 2023

Janeiro a Agosto



**CIDADE DE
SÃO PAULO**
SAÚDE

Secretaria Municipal da Saúde



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE - SMS
Relatório de Prestação de Contas do 2º Quadrimestre de 2023

RECEITAS ADICIONAIS PARA O FINANCIAMENTO DA SAÚDE											
DESCRIÇÃO	RECEITA PREVISTA ANUAL (b)	PARTICIPAÇÃO % (Receita Atualizada)	Jan a Abr/2023	mai/23	jun/23	jul/23	ago/23	Maio a Ago/23	TOTAL (a)	PARTICIPAÇÃO (%)	PERCENTUAL (%) (a/b)
REALIZADA	2.723.355.860	100,00%	909.587.645	301.043.360	268.852.109	256.729.047	250.050.245	1.076.674.761	1.986.262.406	100,00%	72,9%
BLOCO FEDERAL	2.515.386.004	92,36%	840.878.438	277.811.159	248.868.478	238.970.003	232.276.087	997.925.727	1.838.804.165	92,58%	73,1%
BLOCO ATENÇÃO BÁSICA	641.700.000	23,56%	247.568.853	67.162.249	77.582.330	84.549.509	77.595.557	306.889.646	554.458.499	27,91%	86,4%
BLOCO MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE	1.642.020.000	60,29%	531.598.242	195.401.632	156.041.509	139.795.675	134.124.752	625.363.568	1.156.961.810	58,25%	70,5%
BLOCO VIGILÂNCIA EM SAÚDE	115.206.000	4,23%	36.847.984	9.274.417	9.271.777	8.651.958	12.875.624	40.073.776	76.921.759	3,87%	66,8%
BLOCO ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA	78.648.000	2,89%	23.891.445	5.972.861	5.972.861	5.972.861	5.972.861	23.891.445	47.782.890	2,41%	60,8%
BLOCO GESTÃO SUS	600.000	0,02%	-	-	-	-	1.513.928	1.513.928	1.513.928	0,08%	252,3%
BLOCO INVESTIMENTOS	37.212.004	1,37%	971.914	-	-	-	193.365	193.365	1.165.279	0,06%	3,1%
OUTROS CONVÊNIOS (União)	-	0,00%	-	-	-	-	-	-	-	0,00%	0,0%
BLOCO ESTADUAL	118.444.756	4,35%	25.132.713	11.348.190	6.962.497	4.337.412	4.629.126	27.277.224	52.409.937	2,64%	44,2%
AÇÕES ESPEC. SAÚDE (Estado)	118.444.756	4,35%	25.132.713	11.348.190	6.962.497	4.337.412	4.629.126	27.277.224	52.409.937	2,64%	44,2%
BLOCO OUTRAS RECEITAS	85.440.012	3,14%	42.644.219	11.701.414	12.838.665	13.278.306	12.970.118	50.788.503	93.432.722	4,70%	109,4%
APLICAÇÃO FINANCEIRA (Estado)	3.484.472	0,13%	5.288.308	1.321.340	1.313.076	1.231.544	1.318.545	5.184.505	10.472.813	0,53%	300,6%
APLICAÇÃO FINANCEIRA (União)	64.886.940	2,38%	25.935.684	8.514.512	8.445.353	8.561.277	9.107.635	34.628.777	60.564.460	3,05%	93,3%
REC DE RESTITUIÇÃO DIVERSAS FMS	6.013.800	0,22%	5.437.767	524.799	400.908	911.001	480.105	2.316.813	7.754.580	0,39%	128,9%
MULTAS DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA	1.934.800	0,07%	872.809	219.724	163.252	221.862	220.048	824.886	1.697.695	0,09%	87,7%
HSPM (OUTRAS RECEITAS)	9.120.000	0,33%	5.109.652	1.121.038	2.516.077	2.352.622	1.843.784	7.833.522	12.943.174	0,65%	141,9%
RECEITAS PARA OUTROS CONVÊNIOS ESPECÍFICOS COM A UNIÃO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00%	0,0%
RECEITAS DE ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS E INSTITUIÇÕES PRIVADAS	4.085.088	0,15%	932.275	182.598	182.469	143.326	174.914	683.307	1.615.582	0,08%	39,5%

Fonte: Coordenadoria de Finanças e Orçamento - CFO/TF (BOLETIM DA RECEITA - SOF E DATASUS).



**CIDADE DE
SÃO PAULO**
SAÚDE

Secretaria Municipal da Saúde

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE - SMS

Relatório de Prestação de Contas do 2º Quadrimestre de 2023



RECURSOS FEDERAIS											
RECEITA DO BLOCO ATENÇÃO BÁSICA	RECEITA PREVISTA ANUAL (b)	PARTICIPAÇÃO % (Receita Atualizada)	Jan a Abr/2023	mai/23	jun/23	jul/23	ago/23	Maio a Ago/23	TOTAL (a)	PARTICIPAÇÃO (%)	PERCENTUAL (%) (a/b)
INCREMENTO TEMPORÁRIO DO PAB/APS	7.500.000	1,17%	150.000	-	-	9.870.698	-	9.870.698	10.020.698	1,81%	133,6%
INCENTIVO FINANCEIRO DA APS - DESEMPENHO	52.800.000	8,23%	14.079.463	3.742.194	4.495.432	4.497.850	4.933.975	17.669.452	31.748.914	5,73%	60,1%
INCENTIVO FINANCEIRO DA APS - CAPITAÇÃO PONDERADA	338.400.000	52,73%	125.906.124	34.372.620	35.965.948	33.441.993	36.010.591	139.791.152	265.697.277	47,92%	78,5%
INCENTIVO FINANCEIRO DA APS - AÇÕES ESTRATÉGICAS	224.400.000	34,97%	45.773.009	8.485.034	9.667.270	9.272.628	9.179.591	36.604.524	82.377.533	14,86%	36,7%
INCENTIVO FINANCEIRO DA APS - DIVERSOS APS	18.600.000	2,90%	61.660.257	20.562.400	27.453.680	27.466.340	27.471.400	102.953.820	164.614.077	29,69%	885,0%
REALIZADA	641.700.000	100,00%	247.568.853	67.162.249	77.582.330	84.549.509	77.595.557	306.889.646	554.458.499	100%	86,4%
RECEITA DO BLOCO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE	RECEITA PREVISTA ANUAL (b)	PARTICIPAÇÃO % (Receita Atualizada)	Jan a Abr/2023	mai/23	jun/23	jul/23	ago/23	Maio a Ago/23	TOTAL (a)	PARTICIPAÇÃO (%)	PERCENTUAL (%) (a/b)
SAMU	45.600.000	2,78%	14.994.008	3.748.502	3.748.502	3.748.502	3.748.502	14.994.008	29.988.016	2,59%	65,8%
TETO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE	1.203.600.000	73,30%	375.657.552	151.599.581	96.382.674	95.977.547	95.464.384	439.424.185	815.081.738	70,45%	67,7%
CORONAVÍRUS (COVID-19)	18.000.000	1,10%	-	-	-	-	-	-	-	0,00%	0,0%
FAEC	360.000.000	21,92%	137.301.372	38.906.760	34.442.266	37.493.626	34.911.866	145.754.517	283.055.889	24,47%	78,6%
INCREMENTO TEMPORÁRIO DO MAC - EMENDA PARLAMENTAR	12.000.000	0,73%	3.645.310	1.146.789	21.468.068	2.576.000	-	25.190.857	28.836.167	2,49%	240,3%
EMENDA PARLAMENTAR - COVID	2.820.000	0,17%	-	-	-	-	-	-	-	0,00%	0,0%
REALIZADA	1.842.020.000	100,00%	531.598.242	195.401.632	156.041.509	139.795.875	134.124.752	625.363.568	1.156.961.810	100%	70,5%
RECEITAS DO BLOCO DA VIGILÂNCIA EM SAÚDE E ASSISTÊNCIA FARMACÉUTICA BÁSICA	RECEITA PREVISTA ANUAL (b)	PARTICIPAÇÃO % (Receita Atualizada)	Jan a Abr/2023	mai/23	jun/23	jul/23	ago/23	Maio a Ago/23	TOTAL (a)	PARTICIPAÇÃO (%)	PERCENTUAL (%) (a/b)
VIGILÂNCIA EM SAÚDE	105.000.000	54,16%	33.969.958	8.554.910	8.552.270	7.932.451	12.156.117	37.195.749	71.165.707	57,07%	67,8%
VIGILÂNCIA DST/AIDS	10.206.000	5,26%	2.878.026	719.507	719.507	719.507	719.507	2.878.026	5.756.053	4,62%	56,4%
ASSISTÊNCIA FARMACÉUTICA BÁSICA	78.648.000	40,57%	23.891.445	5.972.861	5.972.861	5.972.861	5.972.861	23.891.445	47.782.890	38,32%	60,8%
REALIZADA	193.854.000	100,00%	60.739.429	15.247.278	15.244.638	14.624.819	18.848.485	63.965.220	124.704.649	100%	64,3%
RECEITAS DO BLOCO DE GESTÃO DO SUS	RECEITA PREVISTA ANUAL (b)	PARTICIPAÇÃO % (Receita Atualizada)	Jan a Abr/2023	mai/23	jun/23	jul/23	ago/23	Maio a Ago/23	TOTAL (a)	PARTICIPAÇÃO (%)	PERCENTUAL (%) (a/b)
INCENTIVO A IMPLANTAÇÃO OU IMPLEMENTAÇÃO DE COMPLEXOS REGULADORES	600.000	100,00%	-	-	-	-	-	-	-	0,00%	0,0%
ASSISTÊNCIA FINANCEIRA COMPLEMENTAR AOS ESTADOS, AO DISTRITO FEDERAL E AOS MUNICÍPIOS PARA O PAGAMENTO DO PISO SALARIAL DOS PROFISSIONAIS DA ENFERMAGEM	-	0,00%	-	-	-	-	1.513.928	1.513.928	1.513.928	100,00%	0,0%
REALIZADA	600.000,00	100,00%	-	-	-	-	1.513.928	1.513.928	1.513.928	100%	252,3%

Fonte: Coordenadoria de Finanças e Orçamento - CFO/TF (BOLETIM DA RECEITA - SOF E DATASUS).



**CIDADE DE
SÃO PAULO**
SAÚDE

Secretaria Municipal da Saúde



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE - SMS

Relatório de Prestação de Contas do 2º Quadrimestre de 2023

RECEITAS DO BLOCO DE INVESTIMENTO	RECEITA PREVISTA ANUAL (b)	PARTICIPAÇÃO % (Receita Atualizada)	Jan a Abr/2023	mai/23	jun/23	jul/23	ago/23	Maio a Ago/23	TOTAL (a)	PARTICIPAÇÃO (%)	PERCENTUAL (%) (a/b)
CONSTRUÇÃO DE CAPS, SRT, SMT E UA	-	0,00%	-	-	-	-	-	-	-	0,00%	0,0%
REFORMA E CONSTRUÇÃO DE UBS	-	0,00%	-	-	-	-	-	-	-	0,00%	0,0%
CONSTRUÇÃO DE UPA	-	0,00%	-	-	-	-	-	-	-	0,00%	0,0%
REFORMA DE CER	1.150.000	3,09%	-	-	-	-	-	-	-	0,00%	0,0%
AÇÕES DE INVESTIMENTO DE VIGILANCIA EM SAUDE	-	0,00%	-	-	-	-	-	-	-	0,00%	0,0%
EQUIPAMENTOS	-	0,00%	971.914	-	-	-	193.365	193.365	1.165.279	100,00%	0,0%
REFORMA HOSPITAIS	15.910.004	42,76%	-	-	-	-	-	-	-	0,00%	0,0%
CONVÊNIOS	1.320.000	3,55%	-	-	-	-	-	-	-	0,00%	0,0%
CORONAVÍRUS (COVID-19)	6.252.000	16,80%	-	-	-	-	-	-	-	0,00%	0,0%
OUTRAS ENTRADAS NÃO ESPECIFICADAS	12.580.000	33,81%	-	-	-	-	-	-	-	0,00%	0,0%
REALIZADA	37.212.004	100,00%	971.914	-	-	-	193.365	193.365	1.165.279	100%	3,1%
RECEITAS PARA OUTROS CONVÊNIOS ESPECÍFICOS COM A UNIÃO	RECEITA PREVISTA ANUAL (b)	PARTICIPAÇÃO % (Receita Atualizada)	Jan a Abr/2023	mai/23	jun/23	jul/23	ago/23	Maio a Ago/23	TOTAL (a)	PARTICIPAÇÃO (%)	PERCENTUAL (%) (a/b)
CAPACITAÇÃO (Educação Permanente)	-	0,00%	-	-	-	-	-	-	-	0,00%	0,0%
EQUIPAMENTOS	-	0,00%	-	-	-	-	-	-	-	0,00%	0,0%
CONSTRUÇÃO	-	0,00%	-	-	-	-	-	-	-	0,00%	0,0%
REALIZADA	-	0,00%	-	-	-	-	-	-	-	0%	0,0%

Fonte: Coordenadoria de Finanças e Orçamento - CFO/TF (BOLETIM DA RECEITA - SOF E DATASUS).



**CIDADE DE
SÃO PAULO**
SAÚDE

Secretaria Municipal da Saúde



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE - SMS

Relatório de Prestação de Contas do 2º Quadrimestre de 2023

RECURSOS ESTADUAIS											
RECEITAS DO ESTADO PROGRAMAS / CONVÊNIOS	RECEITA PREVISTA ANUAL (b)	PARTICIPAÇÃO % (Receita Atualizada)	Jan a Abr/2023	mai/23	jun/23	jul/23	ago/23	Maio a Ago/23	TOTAL (a)	PARTICIPAÇÃO (%)	PERCENTUAL (%) (a/b)
TRANSFERÊNCIA DO FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE -FMS	95.032.756	80,23%	23.842.713	11.348.190	-	3.987.412	4.629.126	19.964.727	43.807.440	83,59%	46,1%
ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA - DOSE CERTA	-	0,00%	-	-	-	-	-	-	-	0,00%	0,0%
CONTROLE DE GLICEMIA	-	0,00%	-	-	-	-	-	-	-	0,00%	0,0%
CORONAVÍRUS (COVID-19) - CUSTEIO	19.200.000	16,21%	-	-	-	-	-	-	-	0,00%	0,0%
EMENDA PARLAMENTAR - CUSTEIO	600.000	0,51%	400.000	-	4.450.000	350.000	-	4.800.000	5.200.000	9,92%	866,7%
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DOS ESTADOS PARA O SUS	12.000	0,01%	-	-	-	-	-	-	-	0,00%	0,0%
EQUIPAMENTOS	-	0,00%	-	-	-	-	-	-	-	0,00%	0,0%
REFORMA E CONSTRUÇÃO UBS	48.000	0,04%	-	-	-	-	-	-	-	0,00%	0,0%
CORONAVÍRUS (COVID-19) - INVESTIMENTO	840.000	0,71%	-	-	-	-	-	-	-	0,00%	0,0%
EMENDA PARLAMENTAR - INVESTIMENTO	2.352.000	1,99%	890.000	-	2.512.497	-	-	2.512.497	3.402.497	6,49%	144,7%
OUTROS	360.000	0,30%	-	-	-	-	-	-	-	0,00%	0,0%
REALIZADA	118.444.756	100,00%	25.132.713	11.348.190	6.962.497	4.337.412	4.629.126	27.277.224	52.409.937	100%	44,2%
RECEITAS DE ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS E INSTITUIÇÕES PRIVADAS	RECEITA PREVISTA ANUAL (b)	PARTICIPAÇÃO % (Receita Atualizada)	Jan a Abr/2023	mai/23	jun/23	jul/23	ago/23	Maio a Ago/23	TOTAL (a)	PARTICIPAÇÃO (%)	PERCENTUAL (%) (a/b)
INSTITUIÇÕES PRIVADAS CUSTEIO	499.200	12,22%	170.000	41.375	41.375	41.375	58.927	183.052	353.052	21,85%	70,72%
INSTITUIÇÕES PRIVADAS INVESTIMENTO	1.200.000	29,38%	200.000	-	-	-	-	-	200.000	12,38%	16,67%
CORONAVÍRUS (COVID-19) - OUTRAS RECEITAS (MPE/MPF/TJE-SP/DOAÇÕES) CUSTEIO	1.441.200	35,28%	192.350	45.484	57.899	30.337	38.218	171.938	364.287	22,55%	25,28%
APLICAÇÃO FINANCEIRA ORIUNDAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	944.688	23,13%	369.925	95.739	83.195	71.614	77.769	328.317	698.242	43,22%	73,91%
REALIZADA	4.085.088	76,87%	932.275	182.598	182.469	143.326	174.914	683.307	1.615.582	100%	39,5%

Fonte: Coordenadoria de Finanças e Orçamento - CFO/TF (BOLETIM DA RECEITA - SOF E DATASUS).



RELATÓRIO DETALHADO DO QUADRIMESTRE ANTERIOR

APLICAÇÃO LC 141/2012

Principais Grupos de Despesas

2º QUADRIMESTRE DE 2023

Janeiro a Agosto

**CIDADE DE
SÃO PAULO**
SAÚDE
Secretaria Municipal da Saúde

Principais Grupos de Despesas

Detalhamento das Despesas Empenhadas - Fundo Municipal da Saúde (SMS e HSPM) - 2º Quadrimestre 2023

Grupo	Administração Direta	Administração Indireta	Total, em R\$	Sobre Total Saúde
	SMS, em R\$	HSPM, em R\$		
Pessoal, Auxílios e Encargos	1.954.764.102	184.226.110	2.138.990.212	14,51%
Contratos de Gestão e Convênios	8.053.823.665		8.053.823.665	54,64%
Prestadores SUS	1.055.362.524		1.055.362.524	7,16%
Materias Médico-Hospitalares	197.671.970	23.821.385	221.493.355	1,50%
Medicamentos	482.864.102	6.354.160	489.218.262	3,32%
Investimentos	388.563.870	4.395.962	392.959.832	2,67%
Outros	2.284.266.061	104.747.655	2.389.013.716	16,21%
TOTAL SAÚDE	14.417.316.293	323.545.271	14.740.861.564	100,00%

Materiais Médico-Hospitalares e Medicamentos

Grupo	Fonte	Administração Direta	Administração Indireta	Total, em R\$	Sobre Total Saúde
		SMS, em R\$	HSPM, em R\$		
Materias Médico Hospitalares	00	151.429.654	19.481.218	170.910.872	77,16%
	02	41.761.079		41.761.079	18,85%
	03	23.555		23.555	0,01%
	10			0	0,00%
	21	3.062.032		3.062.032	1,38%
	22			0	0,00%
	24			0	0,00%
	01, 05, 06, 08	1.395.649	4.340.167	5.735.816	2,59%
	Total	197.671.970	23.821.385	221.493.355	100,00%
Medicamentos	00	327.503.412	4.746.894	332.250.306	67,91%
	02	120.197.491		120.197.491	24,57%
	03	494.037		494.037	0,10%
	10			0	0,00%
	21	29.763.303		29.763.303	6,08%
	22			0	0,00%
	24			0	0,00%
	01, 05, 06, 08	4.905.859	1.607.266	6.513.124	1,33%
	Total	482.864.102	6.354.160	489.218.262	100,00%
Total Materiais + Medicamentos		680.536.072	30.175.545	710.711.617	
Ações Judiciais (*)		13.730.839	6.013	5.283.340	0,06%
(*) As Ações Judiciais compreendem Materiais Médico-Hospitalares, Medicamentos e Outros (dietas e serviços), cujos valores já estão incluídos em respectivos itens.					

Descrição das fontes de recursos financeiros

Fonte 00 = Tesouro Municipal
 Fonte 01 = Operações de Crédito
 Fonte 02 = Transferências Federais
 Fonte 03 = Transferências Estaduais
 Fonte 05 = Outras Fontes
 Fonte 06 = Recursos Próprios da Administração Indireta
 Fonte 08 = Tesouro Municipal - Recursos Vinculados
 Fonte 10 = Alienação de Bens/Ativos
 Fonte 21 = COVID - Transf. Fed.: Custeio COVID Fundo a Fundo - Serv. Púb. de Saúde
 Fonte 22 = COVID - Transf. Fed.: Invest. COVID Fundo a Fundo - Serv. Púb. de Saúde
 Fonte 24 = COVID - Transferências Federais - LC 173/2020, Art15º, I

Fonte:
 - CFO e Sistema Orçamentário Financeiro (SOF) - Secretaria Municipal de Saúde, em maio de 2023
 - Administração Indireta: HSPM, em maio de 2023



CIDADE DE
SÃO PAULO
SAÚDE

Secretaria Municipal da Saúde

Secretaria-Executiva de Regulação, Monitoramento, Avaliação e Parcerias - SERMAP						
Coordenadoria de Parcerias e Contratação de Serviços de Saúde - CPCSS						
Contrato de Gestão (CG), Convênios (CV), Termo de Colaboração (TC), Termo de Fomento (TF)						
Item	Organizações Sociais	Natureza	Repasse Financeiros 2º Quadrimestre 2023 (*)			
			Empenhado		Liquidado	
			R\$	Sobre TOTAL	R\$	Sobre Empenhado
1	Assoc. Brasileira de Desenvolvimento Social	CV	1.298.615,14	0,02%	905.106,88	69,70%
2	Assoc. Comunitária e Beneficente Padre José Augusto M. Moreira	CV	38.255.295,30	0,47%	28.515.922,02	74,54%
3	Assoc. Comunitária Monte Azul	CG e CV	153.376.784,95	1,90%	151.472.665,65	98,76%
4	Assoc. da Casa dos Deficientes de Ermelino Matarazzo	CV	452.366,50	0,01%	332.385,29	73,48%
5	Assoc. de Apoio ao Projeto Quixote	CV	3.869.788,93	0,05%	2.846.070,91	73,55%
6	Assoc. de Saúde Mental PROSAM	CV	4.666.884,27	0,06%	3.411.363,60	73,10%
7	Assoc. Filantrópica Nova Esperança	CG	288.577.132,70	3,58%	288.577.132,70	100,00%
8	Assoc. Nacional de Clínicos Veterinários de Pequenos Animais SP	TC	20.965.602,29	0,26%	15.513.881,77	74,00%
9	Assoc. Paulista para o Desenvolvimento da Medicina	CG, CV e TC	2.228.838.433,02	27,67%	2.186.326.717,34	98,09%
10	Assoc. Saúde da Família	CG	1.051.739.235,30	13,06%	1.050.696.757,81	99,90%
11	Assoc. Saúde em Movimento	CG	123.272.525,82	1,53%	115.790.277,09	93,93%
12	Casa de Isabel Centro de Apoio a Mulher, a Criança e o Adolescente	CV e TF	20.527.070,69	0,25%	15.150.810,32	73,81%
13	Casa de Saúde Santa Marcelina	CG	988.702.193,40	12,28%	988.702.193,40	100,00%
14	Centro de Apoio a Faculdade de Saúde Pública da Univ. de São Paulo	CV	10.142.135,64	0,13%	7.688.136,60	75,80%
15	Centro de Estudos e Pesquisas Dr. João Amorim	CG e CV	972.281.827,21	12,07%	962.855.633,66	99,03%
16	Centro de Recuperação e Educação Nutricional	CV	5.234.978,16	0,06%	3.811.078,83	72,80%
17	Centro Social Nossa Senhora do Bom Parto	CV e TC	64.072.769,03	0,80%	42.050.351,31	65,63%
18	Congregação das Irmãs Hospitaleiras do Sagrado Coração de Jesus	CV	21.885.356,04	0,27%	21.885.356,04	100,00%
19	Coordenação Regional das Obras de Promoção Humana	CV	2.284.169,33	0,03%	1.530.109,60	66,99%
20	Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo	CV	6.600.000,00	0,08%	4.761.000,00	72,14%
21	Fundação do ABC	CG	173.091.682,79	2,15%	173.091.682,79	100,00%
22	Instituto de Responsabilidade Social Sírio Libanês	CG	58.615.999,14	0,73%	53.193.523,91	90,75%
23	Instituto Nacional de Tecnologia e Saúde	CG	471.559.251,35	5,86%	468.719.599,06	99,40%
24	Irmadade da Santa Casa de Misericórdia SP	CV	149.473.742,00	1,86%	149.473.742,00	100,00%
25	Serviço Social da Construção Civil do Est. de São Paulo	CG e CV	376.924.300,88	4,68%	346.281.678,14	91,87%
26	Sociedade Beneficente Caminho de Damasco	CG	181.678.934,52	2,26%	181.678.934,52	100,00%
27	Sociedade Beneficente Israelita Brasileira Hospital Albert Einstein	CV	635.436.590,15	7,89%	528.228.816,48	83,13%
TOTAL			8.053.823.664,55	100,00%	7.793.490.927,72	96,77%

FONTE: Secretaria-Executiva de Regulação, Monitoramento, Avaliação e Parcerias - Coordenadoria de Parcerias e Contratação de Serviços de Saúde - SMS-G/SERMAP-CPCSS, em setembro de 2023

NOTA: preencher somente as colunas valores (R\$) Empenhado e Liquidado;

acrescentar novos contratos (CG, CV ou TF);

no caso de substituição/encerramento de contratos (CG,CV,TF), mencionar o evento mantendo os valores empenhados e liquidados, pois fazem parte do acumulado;

(*) 2º Quadrimestre 2023 = acumulado mês a mês, janeiro a agosto de 2023

Base Sof em 13/09/2023



Secretaria Municipal da Saúde

Secretaria-Executiva de Regulação, Monitoramento, Avaliação e Parcerias - SERMAP					
Coordenadoria de Avaliação e Controle da Assistência Complementar - CACAC					
Item	Instituições - Razão Social	Repasse Financeiros 2º Quadrimestre 2023 (*)			
		Empenhado		Liquidado	
		R\$	Sobre Total	R\$	Sobre Empenhado
1	ASSOC C S ORDEM M DE MALTA DE S PE BRASIL MERIDIONAL	70.122,25	0,01%	59.431,20	84,75%
2	ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DE ASSISTENCIA SOCIAL NOSSA SENHORA DO PARI	20.366.515,49	1,93%	16.532.611,23	81,18%
3	ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE EBENEZER	119.129.994,46	11,29%	56.540.837,43	47,46%
4	ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ASSISTENCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL - ABADS	164.651,24	0,02%	119.121,19	72,35%
5	ASSOCIAÇÃO CONGREGAÇÃO DE SANTA CATARINA	0,00	0,00%	0,00	0,00%
6	ASSOCIACAO CRUZ VERDE	18.787.242,95	1,78%	10.594.911,71	56,39%
7	ASSOCIAÇÃO DE ASSISTÊNCIA A CRIANÇA DEFICIENTE	18.599.394,23	1,76%	13.458.109,94	72,36%
8	ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE SÃO PAULO	39.609.351,13	3,75%	22.131.355,40	55,87%
9	ASSOCIAÇÃO FUNDO DE INCENTIVO A PSICOFARMACOLOGIA	85.467.045,36	8,10%	70.265.637,31	82,21%
10	AURI MEDICINA DIAGNÓSTICA LTDA	2.871.875,58	0,27%	1.574.993,58	54,84%
11	BAXTER RCS Ltda.	5.257.688,80	0,50%	4.764.143,93	90,61%
12	CASA DA CRIANÇA BETINHO LAR ESPÍRITA PARA EXCEPCIONAIS	4.445.652,15	0,42%	3.843.846,08	86,46%
13	CENENORTE - CENTRO DE NEFROLOGIA ZONA NORTE LTDA	628.336,56	0,06%	628.336,56	100,00%
14	CENTRO DE ESTUDO DO HOSPITAL MONUMENTO	10.636.677,14	1,01%	8.941.450,24	84,06%
15	CENTRO DE NEFROLOGIA E DIALISE CENED S/C LTDA	0,00	0,00%	0,00	0,00%
16	CENTRO OFTALM.PAULISTA CLÍN. E CIR. OCULAR LTDA	6.397.603,17	0,61%	2.470.534,68	38,62%
17	CETENE - CENTRO DE TERAPIA NEFROLOGICA LTDA	1.461.798,26	0,14%	1.190.810,20	81,46%
18	CLÍNICA DE DIAGNÓST. DR. LUIZ SCOPPETTA	3.914.546,85	0,37%	1.573.043,40	40,18%
19	CLINICA NEFROLOGIA LESTE LTDA	11.530.395,51	1,09%	10.447.910,01	90,61%
20	CLINICA NEFROLOGICA DO ITAIM PAULISTA LTDA	7.654.597,65	0,73%	7.548.163,80	98,61%
21	CLINICA NEFROLOGICA SANTA CATARINA LTDA - ME	8.827.392,98	0,84%	7.913.743,06	89,65%
22	CLINICA NEFROLOGICA SÃO MIGUEL LTDA	8.573.744,43	0,81%	7.528.546,96	87,81%
23	CNTT - CLÍNICA DE NEFROLOGIA E TRANSPLANTE RENAL DO TATUAPÉ	10.638.124,67	1,01%	10.008.640,44	94,08%
24	DAVITA JOÃO DIAS (INSP)	8.399.514,80	0,80%	7.440.547,65	88,58%
25	DAVITA PERDIZES (C.M.I.N.)	5.030.237,93	0,48%	4.688.852,83	93,21%
26	DAVITA SANTANA (NEFROS)	3.786.648,49	0,36%	3.319.357,66	87,66%
27	DAVITA Serv. De Nefrologia da Penha Ltda (CENUPE) - Penha	11.857.419,31	1,12%	10.829.933,72	91,33%
28	DAVITA SERVIÇOS DE NEFROLOGIA JARDIM DAS IMBUÍAS LTDA	12.213.162,57	1,16%	10.949.348,48	89,65%
29	DAVITA VILA OLÍMPIA (CENESUL)	2.691.767,71	0,26%	2.216.125,19	82,33%
30	DIMEDI - Instituto de Medicina Digital Ltda	1.143.719,90	0,11%	1.053.415,01	92,10%
31	EL DIAGNÓSTICO LTDA	5.471.203,24	0,52%	4.605.869,53	84,18%
32	ENESP EQUIPE NEFROLOGICA DE SAO PAULO LTDA	10.482.414,77	0,99%	9.272.979,85	88,46%
33	FUNDACAO ANTONIO PRUDENTE	42.428.592,15	4,02%	33.329.859,13	78,56%
34	FUNDACAO OSWALDO RAMOS	133.678.068,91	12,67%	72.082.943,80	53,92%
35	FUNDACAO SAO PAULO	5.784.326,18	0,55%	3.596.655,25	62,18%
36	GRUPO DE APOIO AO ADOLESCENTE E A CRIANÇA COM CANCER GRAACC	24.012.556,13	2,28%	14.538.545,72	60,55%
37	HOME DIALYSIS CENTER MEDICINA E PARTICIPAÇÕES S/C LTDA	6.588.532,32	0,62%	4.642.127,16	70,46%

(continua)



Secretaria Municipal da Saúde

38	HOSPITAL SAGRADA FAMILIA	0,00	0,00%	0,00	0,00%
39	HOSPITAL ALEMÃO OSWALDO CRUZ	2.309.599,28	0,22%	807.624,42	34,97%
40	HOSPITAL ALVORADA TAQUATINGA LTDA	0,00	0,00%	0,00	0,00%
41	HOSPITAL LEFORTE LIBERDDE S.A	9.651.587,38	0,91%	6.265.405,67	64,92%
42	HOSPITAL NOTRE DAME H SALVALUS	0,00	0,00%	0,00	0,00%
43	HOSPITAL SANTA ISABEL	0,00	0,00%	0,00	0,00%
44	HOSPITAL SÃO CRISTÓVÃO	0,00	0,00%	0,00	0,00%
45	INST. BRAS. DE CONTROLE DO CANCER	46.970.191,56	4,45%	34.124.381,10	72,65%
46	INSTITUTO CEMA DE OFTALMOLOGIA E OTORRINOLARINGOLOGIA	35.072.137,28	3,32%	15.850.414,92	45,19%
47	INSTITUTO DO CANCER ARNALDO VIEIRA DE CARVALHO	0,00	0,00%	0,00	0,00%
48	INSTITUTO PAULISTA DE ESTUDOS E PESQUISAS EM OFTALMOLOGIA - IPEPO	10.591.189,87	1,00%	8.802.656,06	83,11%
49	Instituto RUBEN BERTA	1.047.335,53	0,10%	306.769,51	29,29%
50	INSTITUTO SUEL ABUJAMRA	28.037.570,54	2,66%	23.354.419,54	83,30%
51	MEDSERV- ASSISTENCIA MÉDICA E NEFROLÓGICA LTDA (CENTRO DIALISE FRESENIUS)	1.970.237,82	0,19%	1.785.517,17	90,62%
52	NEFROCLÍNICA IPIRANGA LTDA	5.812.761,09	0,55%	5.150.643,29	88,61%
53	NEFROCOR E URO SERVIÇOS MEDICOS LTDA	6.559.305,84	0,62%	5.847.858,23	89,15%
54	NEFROLAPA - CLIN. MÉDICA E NEFROL. DA LAPA LTDA - EPP	9.948.252,15	0,94%	9.670.329,71	97,21%
55	NEPHO GROUP	9.737.577,34	0,92%	9.737.577,34	100,00%
56	NEPHRON ASSISTENCIA NEFROLOGICA LTDA	3.166.462,19	0,30%	2.753.861,30	86,97%
57	NIPO - Benef. Bras. de São Paulo	268.507,77	0,03%	157.484,60	58,65%
58	PRO-NEFRON ASSISTENCIA MEDICA LTDA	2.442.770,78	0,23%	2.442.770,78	100,00%
59	Radioclínica TADAO MORI (RADIOCLINICA SANTA CRUZ)	2.170.590,54	0,21%	691.661,74	31,87%
60	REAL E BENEMERITA ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE BENEFICENCIA	82.780.499,17	7,84%	37.247.435,81	45,00%
61	RENALCARE SERVIÇOS MEDICOS LTDA	9.537.870,34	0,90%	8.292.409,37	86,94%
62	RENALCLASS CLINICA DE NEFROLOGIA LTDA	3.433.422,11	0,33%	3.242.810,22	94,45%
63	SAMARIM ASSISTÊNCIA NEFROLÓGICA LTDA	0,00	0,00%	0,00	0,00%
64	SANTA CASA DE MISERICORDIA DE SANTO AMARO	44.736.003,97	4,24%	37.531.255,71	83,89%
65	SENEP - SERVIÇO DE NEFROLOGIA DE SÃO PAULO LTDA	8.306.697,54	0,79%	8.027.217,93	96,64%
66	SERVIÇO SOCIAL DA CONSTRUÇÃO CIVIL DO ESTADO DE SP - SECONCI - SP	1.245.990,74	0,12%	1.041.412,66	83,58%
67	SOC. BRASILEIRA E JAPONESA DE BENEFICENCIA SANTA CRUZ	7.654.384,66	0,73%	3.632.001,52	47,45%
68	SOC.BENEF.DE SENHORAS - HOSP. SÍRIO LIBANÊS	640.759,53	0,06%	365.611,43	57,06%
69	SOCIEDADE BENEFICENTE ISRAELITA BRAS HOSPITAL ALBERT EINSTEIN	8.087.393,36	0,77%	1.493.760,35	18,47%
70	SUA IMAGEM Diagnósticos Médicos Ltda	4.937.794,67	0,47%	4.254.771,36	86,17%
71	UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO - FACULDADE DE ODONTOLOGIA	0,00	0,00%	0,00	0,00%
72	UNTR. - UNIDADE DE NEFROLOGIA, DIALISE E TRANSPLANTE RENAL LTDA	5.583.765,92	0,53%	5.222.230,81	93,53%
73	VITALCOR Clínica Cardiológica Ltda	593.594,04	0,06%	340.250,04	57,32%
74	ZANTUT MEDICOS ASSOCIADOS LTDA- ME	7.760.354,53	0,74%	5.471.264,65	70,50%
75	H COR ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE SIRIA HOSPITAL DO CORAÇÃO	2.788.612,28	0,26%	1.657.867,99	59,45%
76	Centro de Apoio a criança com anomalia urológica CACAU	30.126,00	0,00%	2.260,00	7,50%
77	EL DIAGNÓSTICO JABAQUARA LTDA	32.517.744,00	3,08%	3.739.323,72	11,50%
78	FUNDAÇÃO INSTITUTO de pesquisa e estudo de Diagnóstico por Imagem FIDI	370.518,94	0,04%	254.341,86	68,64%
TOTAL		1.055.362.524,03	100,00%	690.268.340,14	65,41%

FONTE: Secretaria-Executiva de Regulação, Monitoramento, Avaliação e Parcerias - Coordenadoria de Avaliação e Controle de Assistência Complementar - SMS-G/SERMAP-CACAC, em setembro de 2023

NOTA: preencher somente as colunas valores (R\$) Empenhado e Liquidado;

acrescentar novas instituições;

no caso de substituição/encerramento de contratos, mencionar o evento mantendo os valores empenhados e liquidados, pois fazem parte do acumulado;

(*) 2º Quadrimestre 2023 = acumulado mês a mês, janeiro a agosto de 2023

Novas INSTITUIÇÃO

H COR Associação Beneficente Siria - HOSPITAL DO CORAÇÃO

Centro de Apoio a criança com anomalia urológica CACAU

EL DIAGNÓSTICO JABAQUARA LTDA

FUNDAÇÃO INSTITUTO de pesquisa e estudo de diagnóstico por imagem FIDI

Termo de Contrato nº 6018.2020/0087625-2

Termo de Contrato nº 6018.2021/0092048-2

Termo de Contrato nº 6018.2021/0075263-6

Termo de Contrato nº 6018.2021/0084759-9

Alteração de razão Social

CENTRO DE NEFROLOGIA E DIALISE CENED S/C LTDA para

MEDSERV- ASSISTENCIA MÉDICA E NEFROLÓGICA LTDA para

PRO-NEFRON ASSISTENCIA MEDICA LTDA para

RADIOCLINICA TADAO MORI

DAVITA CAMBUCI

DAVITA serviços de nefrologia CAMBUCI Ltda conforme T.A. 02/2022 ao T.C 6018.2019.0070126 (DAVITA CAMBUCI)

CLINICA FRESINIUS A

Centro de Nefrologia e Dialise FRESINIUS medical MORUMBI TA 02/2022 ao T.C 6018.2019/0056314-7 (FRESINIUS MORUMBI)

DAVITA LAPA

DAVITA serviços de nefrologia LAPA Ltda conforme disposto no T.A. 02/2022 ao T.C. 6018.2019.0056319-8 (DAVITA LAPA)

RADIOCLINICA SANTA CRUZ

Encerramento de contrato

ASSOCIAÇÃO CONGREGAÇÃO DE SANTA CATARINA

Processo 6018.2018/0011858-3 Termo de Rescisão Termo de Convenio 014/SMS.G. 2018

DAVITA CAMBUCI - ANTIGO CENED

HOSPITAL SAGRADA FAMILIA

Processo 6018.2020/0035361-6

HOSPITAL ALVORADA TAQUATINGA LTDA

Processo 6018.2020/0030544-1

HOSPITAL NOTRE DAME H SALVALUS

Processo 6018.2020/0030373-2

HOSPITAL SANTA ISABEL

Processo 6018.2020/0029615-6

HOSPITAL SÃO CRISTÓVÃO

Processo 6018.2020/0031085-2

INSTITUTO DO CANCER ARNALDO VIEIRA DE CARVALHO

Processo 6018.2018/0011864-8 Termo de Rescisão Unilateral ao convênio 018/2018 SMS-G

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO - FACULDADE DE ODONTOLOGIA

Processo 2014-0.301.181-4

SAMARIM ASSISTÊNCIA NEFROLÓGICA LTDA

Processo 6018.2019/0077332-0 Termo de Rescisão Amigável ao contrato 17/SMS.G./2019



RELATÓRIO DETALHADO DO QUADRIMESTRE ANTERIOR

AUDITORIA

Auditorias Realizadas

2º QUADRIMESTRE DE 2023

Janeiro a Agosto

Secretaria Municipal da Saúde
Relatório Gerencial 2º Quadrimestre de 2023

Divisão de Auditoria SUS/COCIN

Introdução

As ações e atividades desenvolvidas pela Divisão de Auditoria SUS da Coordenadoria de Controle Interno – COCIn visaram fortalecer o Componente Municipal do Sistema Nacional de Auditoria – SNA com o objetivo de qualificação da gestão mediante ações compartilhadas e pactuadas, de observar o cumprimento das normas inerentes à organização e funcionamento do SNA/SUS/SP, de modo a apoiar e colaborar no planejamento da execução de medidas saneadoras de possíveis irregularidades e deficiências apontadas pelo controle, corrigir inconformidades, coibir irregularidades, avaliar o impacto das ações, repercutindo na melhoria da gestão pública, além de estabelecer os processos internos das ações de auditoria apoiando o Gestor na tomada de decisão, para que sejam adotadas as medidas corretivas cabíveis, sem prejuízo das sanções previstas em lei.

Os resultados alcançados são apurados com base no conjunto de ações que foram definidas no Planejamento Anual e a partir de demanda oriunda de solicitação de órgãos externos (Ministérios Públicos Federal/Estadual, Tribunais de Contas, Ministério da Saúde, entre outros) ou demandas internas não programadas.

Foram realizadas 107 auditorias no período de **maio a agosto de 2023** em Instituições vinculadas ao SUS, sendo 101 auditorias, 01 Visita Técnica por demanda interna, 01 Visita Técnica por demanda externa e 04 Monitoramentos. Analisados no mesmo período o total de 677 AIH estando os principais motivos abaixo identificados:

- 7.381 por solicitações de liberação de críticas;
- 1.089 por agravos de notificação;
- 169 por duplicidade de Cartão Nacional de Saúde – CNS;
- 02 por duplicidade em oncologia;
- 35 por sexo incompatível com o procedimento.

Já no período de janeiro a agosto de 2023 foram realizadas 244 auditorias em Instituições vinculadas ao SUS, sendo 231 auditorias, 03 Visitas Técnica por demanda interna, 02 Visita Técnica por demanda externa e 08 Monitoramentos. Analisados no mesmo período o total de 9.667 APAC referentes a auditoria da Terapia Renal Substitutiva (TRS) e 1.282 AIH estando os principais motivos abaixo identificados:

- 15.258 por solicitações de liberação de críticas;
- 2.900 por agravos de notificação;
- 361 por duplicidade de Cartão Nacional de Saúde – CNS;
- 04 por duplicidade em oncologia;
- 75 por sexo incompatível com o procedimento.

**CIDADE DE
SÃO PAULO**
SAÚDE

Secretaria Municipal da Saúde

A seguir demonstramos a produção no 2º Quadrimestre de 2023:

PRODUÇÃO – 2º QUADRIMESTRE DE 2023

Número de AIH por natureza da instituição

2º Quadrimestre de 2023			
Competência	Pública	Privada	Total
Maio	19.744	5.906	25.650
Junho	21.817	6.313	28.130
Julho	21.388	5.844	27.232
Agosto	20.806	6.034	26.840
Total 2º Quadrimestre	83.755	24.097	107.852

Fonte: SIHD (Sistema de Informação Hospitalar Descentralizado)

Valor (R\$) das AIH apresentadas por natureza da instituição

2º Quadrimestre de 2023			
Competência	Pública (R\$)	Privada (R\$)	Total (R\$)
Maio	R\$ 17.535.194,24	R\$ 12.902.645,83	R\$ 30.437.840,07
Junho	R\$ 20.266.872,40	R\$ 13.032.727,24	R\$ 33.299.599,64
Julho	R\$ 19.715.067,95	R\$ 13.123.073,09	R\$ 32.838.141,04
Agosto	R\$ 19.904.442,39	R\$ 13.794.232,36	R\$ 33.698.674,75
Total 2º Quadrimestre	R\$ 77.421.576,98	R\$ 52.852.678,52	R\$ 130.274.255,50

Fonte: SIHD (Sistema de Informação Hospitalar Descentralizado)

Quantidade de AIH auditadas analiticamente

2º Quadrimestre de 2023	
Competência	Nº AIH auditadas
Maio	3.083
Junho	3.278
Julho	3.802
Agosto	3.535
Total 2º Quadrimestre	13.698

Fonte: SIHD/Relatórios - Divisão de Auditoria do SUS

Secretaria Municipal da Saúde

Quantidade de atividades por tipo

2º Quadrimestre de 2023					
Por tipo de atividade	Mai	Jun	Jul	Ago	Total
Auditoria	31	23	22	25	101
Monitoramento	1	1	1	1	4
Visita Técnica	2	0	0	0	2
Total 2º Quadrimestre	34	24	23	26	107

Fonte: SISAUD/Relatórios - Divisão de Auditoria do SUS

Quantidade de atividades por origem da demanda

2º Quadrimestre de 2023					
Origem da demanda	Mai	Jun	Jul	Ago	Total
Interna – Programação da Divisão de Auditoria do SUS	32	24	23	26	105
Interna – Outras Estruturas SMS	1	0	0	0	1
Demandas Externas	1	0	0	0	1
Total 2º Quadrimestre	34	24	23	26	107

Fonte: SISAUD/Relatórios - Divisão de Auditoria do SUS

Quantidade de Atividades por Finalidade

2º Quadrimestre de 2023					
Finalidade	Mai	Jun	Jul	Ago	Total
Aferir in loco a realização e cobrança de procedimentos de oncologia	2	2	2	2	8
Aferir in loco a realização e cobrança de procedimentos hospitalares	28	20	19	22	89
Auditar analiticamente as AIH do SIHD	1	1	1	1	4
Monitoramento dos relatórios das auditorias	1	1	1	1	4
Total 2º Quadrimestre	32	24	23	26	105

Fonte: SISAUD/Relatórios - Divisão de Auditoria do SUS

Valor fiscalizado nas atividades de Auditoria 2023

Mês	Valor fiscalizado – R\$	Valor Glosado – R\$
Maio	R\$ 9.828.570,75	R\$ 97.840,68
Junho	R\$ 10.597.513,27	R\$ 98.935,46
Julho	R\$ 10.529.991,84	R\$ 289.490,31
Agosto	R\$ 10.460.041,63	Em análise (*)
Total 2º Quadrimestre	R\$ 41.416.117,49	R\$ 486.266,45

Fonte: SISAUD/Relatórios – Divisão de Auditoria do SUS - (*) Glosa de agosto a apurar

Quantidade de AIH analisadas por tipo de bloqueio

2º Quadrimestre de 2023					
Tipo de Bloqueio	Mai	Jun	Jul	Ago	Total
AIH bloqueadas no filtro de Sobrepostas no Movimento	2.118	2.537	2.701	2.675	10.031
AIH bloqueadas no filtro de Sobrepostas no Estado	0	0	0	0	0
AIH bloqueadas no filtro de Solicitação de liberação	1.706	2.114	1.783	1.778	7.381
AIH bloqueadas no filtro de agravos de notificação	362	292	252	183	1.089
AIH bloqueadas no filtro de duplicidades de CNS	33	57	43	36	169
AIH bloqueadas no filtro de duplicidades de Sequenciais em Oncologia	0	2	0	0	2
AIH bloqueadas no filtro de duplicidades de Sequenciais em Ortopedia	2	0	0	0	2
AIH bloqueadas no filtro de duplicidades de Sequenciais em Neurocirurgia	0	0	2	5	7
AIH bloqueadas no filtro de duplicidades de nomes	4	2	2	2	10
AIH bloqueadas no filtro de sexo incompatível com procedimento	7	16	8	4	35
AIH para analisar auditorias programadas	3.083	3.278	3.802	3.535	13.698
Total 2º Quadrimestre	7.315	8.298	8.593	8.218	32.424

Fonte: SISAUD/Relatórios - Divisão de Auditoria do SUS

A seguir demonstramos a produção consolidada anual de 2023:

CONSOLIDADO DA PRODUÇÃO – 2023

Quantidade de AIH apresentadas por natureza da instituição

2023			
Competência	Pública	Privada	Total
1º Quadrimestre	79.571	25.627	105.198
2º Quadrimestre	83.755	24.097	107.852
3º Quadrimestre	-	-	-
Total	163.326	49.724	213.050

Fonte: SIHD/Relatórios - Divisão de Auditoria do SUS

**CIDADE DE
SÃO PAULO**
SAÚDE

Secretaria Municipal da Saúde

Valor (R\$) das AIH apresentadas por natureza da instituição

2023			
Competência	Pública (R\$)	Privada (R\$)	Total (R\$)
1º Quadrimestre	R\$ 76.848.096,94	R\$ 53.736.766,27	R\$ 130.584.863,17
2º Quadrimestre	R\$ 77.421.576,98	R\$ 52.852.678,52	R\$ 130.274.255,50
3º Quadrimestre	-	-	-
Total	R\$ 154.269.673,92	R\$ 106.589.444,79	R\$ 260.859.118,67

Fonte: SIHD/Relatórios - Divisão de Auditoria do SUS

Quantidade de AIH auditadas analiticamente

2023	
Competência	Quantidade de AIH auditadas
1º Quadrimestre	11.753
2º Quadrimestre	13.698
3º Quadrimestre	-
Total	25.451

Fonte: SIHD/Relatórios - Divisão de Auditoria do SUS

Quantidade de atividades por tipo

2023	
Tipo de atividade	Quantidade
Auditorias/Monitoramentos/Visitas Técnicas 1º Quadrimestre	137
Auditorias/Monitoramentos/Visitas Técnicas 2º Quadrimestre	107
Auditorias/Monitoramentos/Visitas Técnicas 3º Quadrimestre	-
Total	244

Fonte: SISAUD/Relatórios - Divisão de Auditoria do SUS

Quantidade de atividades por origem da demanda

2023				
Origem	Quantidade			
Período	1º Quad	2º Quad	3º Quad	Total
Interna – Programação de Auditoria do SUS	134	105	-	239
Interna – Outras estruturas da SMS	2	1	-	3
Demandas Externas	1	1	-	2
Total	137	107	-	244

Fonte: SISAUD/Relatórios - Divisão de Auditoria do SUS

**CIDADE DE
SÃO PAULO**
SAÚDE

Secretaria Municipal da Saúde

Quantidade de atividades por finalidade

2023				
Finalidade	1º Quad	2º Quad	3º Quad	Total
Aferir in loco a realização e cobrança de procedimentos de oncologia	8	8	-	16
Aferir in loco a realização e cobrança de procedimentos hospitalares	88	89	-	177
Auditar analiticamente as AIH do SIHD	4	4	-	8
Monitoramento	4	4	-	8
Total	104	105		209

Fonte: SISAUD/Relatórios - Divisão de Auditoria do SUS

Valor Fiscalizado nas atividades de Auditoria

2023		
Mês	Valor fiscalizado – R\$	Valor Glosado – R\$
1º Quadrimestre	R\$ 38.849.756,67	R\$ 333.090,95
2º. Quadrimestre	R\$ 41.416.117,49	R\$ 486.266,45(*)
3º. Quadrimestre	-	-
Total	R\$ 80.265.874,16	R\$ 819.357,40

Fonte: SISAUD/Relatórios – Divisão de Auditoria do SUS | - (*) Glosa de agosto a apurar

Quantidade de AIH analisadas por Tipo de Bloqueio

2023				
TIPO DE BLOQUEIO	1º Quad	2º Quad	3º Quad	Total
AIH bloqueadas no filtro de sobrepostas no movimento	8.901	10.031	-	18.932
AIH bloqueadas no filtro de sobrepostas no Estado	0	0	-	0
AIH bloqueadas no filtro de solicitação de liberação	7.877	7.381	-	15.258
AIH bloqueadas no filtro de agravos de notificação	1.811	1.089	-	2.900
AIH bloqueadas no filtro de duplicidades de CNS	191	169	-	360
AIH bloqueadas no filtro de duplicidades de sequenciais em Oncologia	2	2	-	4
AIH bloqueadas no filtro de duplicidades de sequenciais em Ortopedia	16	2	-	18
AIH bloqueadas no filtro de duplicidades de sequenciais em Neurocirurgia	5	7	-	12
AIH bloqueadas no filtro de duplicidades de nomes	8	10	-	18
AIH bloqueadas no filtro de sexo incompatível com procedimento	40	35	-	75
AIH para analisar auditorias programadas	11.753	13.698	-	25.451
Total 1º Quadrimestre	30.604	32.424	-	63.028

Fonte: SIHD/Relatórios - Divisão de Auditoria do SUS

Glossário

Ações e Serviços Públicos de Saúde (ASPS): Termo empregado pelo art. 198, § 2º, da Constituição Federal, para indicar que o município deve empregar nessas ações um percentual mínimo das receitas de impostos e transferências. Esse percentual deve ser fixado em Lei Complementar e, como esse diploma legal ainda não foi editado, prevalece o percentual de 15% estabelecido pelo art. 77, III, do ADCT.

Administração Direta: Parte da Administração Pública que abrange organizações estatais desprovidas de personalidade jurídica própria, como secretarias, subprefeituras, tribunal de contas etc. Inclui também os fundos especiais geridos por órgão da Administração Direta.

Administração Indireta: Parte da Administração Pública que abrange organizações estatais que possuem personalidade jurídica de direito público ou privado, como fundação, autarquias, empresas públicas e sociedades de economia mista.

Arrecadação: Um dos estágios da receita. É o momento em que os contribuintes comparecem perante aos agentes arrecadadores a fim de liquidarem suas obrigações para com o estado.

Atividade: Tipo de ação que envolve um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, contribuindo para a manutenção da atuação governamental. Ver “ação”.

Autarquia: Pessoa jurídica de direito público, criada por lei específica, para exercer, descentralizadamente, atividades típicas do Estado.

Classificação da Despesa Pública: Agrupamento da despesa por categorias. Esse agrupamento é utilizado para facilitar e padronizar as informações que se deseja obter. Pela classificação é possível visualizar o orçamento por Poder, por função de governo, por subfunção, por programa e por categoria econômica.

Classificação da Receita Pública: Agrupamento da receita por categorias. Os modos de classificação podem variar conforme a necessidade e o interesse de quem os estabelece. A classificação básica é estabelecida por Portaria Interministerial baixada periodicamente pela STN e SOF por meio de um Manual de Receitas, cabendo a cada ente da Federação o seu detalhamento para atender às características locais.

Classificação Orçamentária: Organização do orçamento segundo critérios que possibilitam a compreensão geral das funções deste instrumento, propiciando informações para a administração, a gerência e a tomada de decisões. No modelo orçamentário brasileiro são observadas classificações para a despesa e para a receita. Da despesa, as principais são: classificação institucional, classificação funcional e programática, de natureza da despesa e por fonte de recursos; da receita, classificação por natureza de receita e por fonte de recursos.

Classificação por Categoria Econômica: Classificação das receitas e despesas em operações correntes ou de capital, objetivando propiciar elementos para uma avaliação do efeito econômico das transações do setor público.

Cobertura Orçamentária: Dotação orçamentária para atender despesas autorizadas na lei orçamentária.

Secretaria Municipal da Saúde

Contingenciamento: Procedimento empregado pela Administração Pública para assegurar o equilíbrio orçamentário, ou seja, assegurar o equilíbrio entre a execução das despesas e a disponibilidade efetiva de recursos.

Convênio: Instrumento utilizado para formalização do acordo de vontades entre entidades do setor público e, ocasionalmente, entre entidades do setor público e instituições do setor privado, com vistas à realização de programas de trabalho ou de eventos de interesse recíproco, em regime de mútua cooperação.

Despesa Corrente: Categoria de classificação da despesa que se desdobra em despesa de custeio e transferência corrente; destina-se a promover a execução e a manutenção da ação governamental e não contribui diretamente para aumentar a capacidade produtiva da economia.

Despesa de Capital: Categoria de classificação da despesa que se desdobra em investimento, inversão financeira e transferência de capital; tem por propósito formar e/ou adquirir um bem de capital de modo a contribuir para o incremento da capacidade produtiva.

Despesa de Custeio: Aquela necessária à manutenção da ação governamental e à prestação de serviço público, tais como: pagamento de pessoal e de serviços de terceiros, compra de material de consumo e gasto com reforma e conservação de bens móveis e imóveis.

Despesa de Exercícios Anteriores – DEA: As relativas a exercícios encerrados, para as quais existia crédito próprio e dotação suficiente nos respectivos orçamentos, mas que não foram processadas na época devida.

Despesa Empenhada: Valor do orçamento público formalmente reservado (pela emissão do empenho) para compromissos assumidos com terceiros.

Despesa Executada: Como a realização da despesa pública observa três fases distintas (empenho, liquidação e pagamento), dependendo da análise que se faz, a despesa executada pode corresponder a qualquer um dos três agregados.

Dotação Atual: Valor inicial constante da lei orçamentária mais os valores suplementados menos as reduções realizadas.

Dotação Inicial: Valor inicial constante da lei orçamentária sancionada pelo Prefeito.

Dotação Orçamentária: É o valor monetário autorizado, consignado na lei do orçamento (LOA), para atender uma determinada programação orçamentária.

Emenda: Meio através do qual os membros do Poder Legislativo (individualmente ou através de órgãos colegiados como Comissões ou Bancadas) atuam sobre o projeto de lei orçamentária anual apresentado pelo Poder Executivo, acrescentando, suprimindo ou modificando itens. As emendas ao projeto de lei orçamentária anual, como proposições legislativas que são, recebem detalhada regulamentação por parte dos regimentos internos das diferentes instituições legislativas e respectivas normas internas complementares que tratam do processo legislativo. A apresentação de emendas ao projeto de lei orçamentária é ocasião de especial relevância na atuação parlamentar, pois, por meio delas os representantes eleitos podem influir na alocação dos recursos públicos em função dos objetivos e compromissos políticos que orientam seu mandato de representação. Os diferentes aspectos da lei orçamentária anual podem ser objeto de emendas: Emendas à Receita (inclusão, exclusão ou modificação em rubrica ou valores da previsão de receita do projeto de lei orçamentária); Emendas à Despesa (inclusão, exclusão ou modificação em rubrica ou valores da autorização de despesas do projeto de lei orçamentária); e Emendas de Texto, relativas a modificações na parte inicial do projeto de lei que contém o texto da mesma (não incluindo portanto os quadros contendo a especificação de receitas e despesas que constituem o cerne

Secretaria Municipal da Saúde

da lei orçamentária). Todas as categorias de emendas são objeto de severas restrições quando ao seu conteúdo e objetivos, contidas no artigo 166 da Constituição Federal, nos artigos 12 a 16 da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar Federal 101, de 04 de maio de 2000) e do artigo 33 da Lei Federal nº. 4.320, de 17 de março de 1964.

Estágios da Despesa: São as etapas ou operações que as entidades responsáveis pela despesa pública devem realizar ou percorrer para que a mesma seja realizada. Os estágios da despesa são: empenho, liquidação e pagamento.

Estágios da Receita: São as etapas ou operações que as entidades responsáveis pela receita pública devem realizar ou percorrer para que a mesma seja materializada. Os estágios da receita são: lançamento, arrecadação e recolhimento.

Execução Financeira: Utilização dos recursos financeiros visando atender à realização das competências atribuídas às unidades orçamentárias.

Execução Orçamentária da Despesa: Utilização dos créditos consignados no orçamento do ente público e nos créditos adicionais, visando à realização das missões atribuídas às unidades orçamentárias.

Exercício Financeiro: Período definido para fins de segregação e organização dos registros relativos à arrecadação de receitas, à execução de despesas e aos atos gerais de administração financeira e patrimonial da administração pública. No Brasil, o exercício financeiro tem duração de doze meses e coincide com o ano civil, conforme disposto no art. 34 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Fonte de Recursos: Classificação da receita segundo a destinação legal dos recursos arrecadados. As fontes de recursos constituem-se de determinados agrupamentos de naturezas de receitas, atendendo a uma determinada regra de destinação legal, e servem para indicar como são financiadas as despesas orçamentárias. Entende-se por fonte de recursos a origem ou a procedência dos recursos que devem ser gastos com uma determinada finalidade. É necessário, portanto, individualizar esses recursos de modo a evidenciar sua aplicação segundo a determinação legal. A classificação consiste na definição de um código específico para cada fonte.

Fundo: No sentido orçamentário brasileiro, fundos são instrumentos orçamentários criados por lei para a vinculação de recursos ou conjunto de recursos destinados à implementação de programas, projetos ou atividades com objetivos devidamente caracterizados. A vinculação a um determinado fundo pode atingir apenas os recursos financeiros a serem aplicados ou também um determinado subconjunto do patrimônio (correspondendo, nesse caso, ao conceito contábil de fundo). As condições para a constituição de fundos estão fixadas em diversos incisos e parágrafos do artigo 167 da Constituição: obrigatoriedade de criação por lei e inclusão de todos os fundos no orçamento geral da União; proibição da vinculação de receitas de impostos a fundos; obediência às normas gerais fixadas em lei complementar (aplicáveis, atualmente, os arts. 71 a 74 da Lei Federal nº. 4.320, de 17 de março de 1964).

Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU: Tributo de competência municipal cobrado anualmente em relação aos imóveis urbanos (prédios e terrenos) localizados no município. Seu valor é apurado pela aplicação da alíquota correspondente sobre o valor venal do imóvel.

Imposto Sobre a Transmissão Inter-Vivos de Bens Imóveis – ITBI: Tributo de competência municipal incidente sobre as transmissões efetuadas por pessoas vivas, de bens imóveis, a qualquer título, por ato oneroso, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição.

Secretaria Municipal da Saúde

Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS: Tributo de competência municipal incidente sobre as atividades de prestação de serviços realizadas por empresas e pessoas físicas sem vínculo empregatício. Excluem-se as atividades sobre as quais incide o ICMS, de competência estadual.

Investimentos: Grupo de natureza da despesa identificado pelo dígito “4”, que agrupa toda e qualquer despesa relacionada com planejamento e execução de obras, aquisição de imóveis e instalações, equipamentos e material permanente, constituição ou aumento de capital de empresas que não sejam de caráter comercial ou financeiro.

Juros e Encargos da Dívida: Grupo de natureza de despesa, identificado pelo dígito “2”, no qual são orçados o adimplemento de juros, comissões, dívida pública mobiliária e despesas com operações de crédito internas e externas.

Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO): Uma das três leis em sentido formal (lei ordinária) que compõem o sistema orçamentário brasileiro. A LDO, de duração de um ano, define as metas e prioridades do governo para o ano seguinte, orienta a elaboração da lei orçamentária anual, dispõe sobre alterações na legislação tributária e estabelece a política das agências de desenvolvimento (Banco do Nordeste, Banco do Brasil, BNDES, Banco da Amazônia, etc.). Também fixa limites para os orçamentos dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público e dispõe sobre os gastos com pessoal. A Lei de Responsabilidade Fiscal remeteu à LDO diversos outros temas, como política fiscal, contingenciamento dos gastos, transferências de recursos para entidades públicas e privadas e política monetária.

Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF): Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal. É a Lei Complementar nº 101/2000.

Lei Orçamentária Anual (LOA): Uma das três leis em sentido formal (lei ordinária) que compõem o sistema orçamentário brasileiro. É a lei orçamentária propriamente dita, possuindo vigência para um ano. Ela estima a receita e fixa a despesa do exercício financeiro, ou seja, aponta como o governo vai arrecadar e como irá gastar os recursos públicos. Para maiores detalhes, ver “Classificação por Esfera Orçamentária”.

Liquidação: Um dos estágios da despesa. É a verificação do implemento de condição, ou seja, verificação objetiva do cumprimento contratual.

Município: Um dos entes da Federação. Não possui soberania, mas possui autonomia nos termos da Constituição. É regido por Lei Orgânica, aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal.

Nota de Empenho (NE): Documento que deve ser extraído para cada empenho. Deve indicar o nome do credor, a representação e a importância da despesa, bem como a dedução desta do saldo da dotação própria.

Operação de Crédito: Obtenção de créditos mediante empréstimos pela administração pública, com o objetivo de cobrir os déficits orçamentários e financiar seus projetos e atividades.

Orçamento Público: Instrumento pelo qual o governo estima as receitas e fixa as despesas para poder controlar as finanças públicas e executar as ações governamentais, ensejando o objetivo estatal do bem comum. No modelo brasileiro, compreende a elaboração e execução de três leis – o plano plurianual (PPA), as diretrizes orçamentárias (LDO) e o orçamento anual (LOA) – que, em conjunto, materializam o planejamento e a execução das políticas públicas de cada ente da Federação.

Ordenador da Despesa: Autoridade de cujos atos resultem emissão de empenho, autorização de pagamento, suprimimento ou dispêndio de recursos, pelos quais responda.

Pagamento: Um dos estágios da despesa. É a emissão do cheque ou ordem bancária em favor do credor. A classificação da despesa em estágios tem natureza teórica ou doutrinária (ainda que as etapas de empenho,

Secretaria Municipal da Saúde

liquidação e pagamento estejam bem individualizadas na Lei Federal 4.320, de 17 de março de 1964), o que faz com que existam ligeiras diferenças na literatura técnica sobre detalhes em sua conceituação ou aplicação.

Pessoal e Encargos Sociais: Grupo de natureza da despesa (GND) 1 que inclui a despesa com o pagamento pelo efetivo serviço exercido de cargo/emprego ou função no setor público, quer civil ou militar, ativo ou inativo, bem como as obrigações de responsabilidade do empregador. Ver “Grupo de Natureza da Despesa”.

Plano Plurianual: Uma das três leis em sentido formal (lei ordinária) que compõem o sistema orçamentário brasileiro. Estabelece de forma regionalizada as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada. Vigora por quatro anos, sendo elaborado no primeiro ano do mandato executivo, abrangendo até o primeiro ano do mandato seguinte. Está previsto no art. 165 da Constituição Federal.

Prestação de Contas: Demonstrativo organizado pelo próprio agente, entidade ou pessoa designada, acompanhado ou não de documentos comprobatórios das operações de receita e despesa, os quais, se aprovados pelo Ordenador de Despesa, integrarão a sua tomada de contas; é também o levantamento organizado pelo Serviço de Contabilidade das entidades da Administração Indireta, inclusive das Fundações instituídas pelo Poder Público.

Previsão da Receita: Cálculo provável do comportamento da receita, mediante a utilização de métodos estatísticos, observações diretas e outros instrumentos. Etapa importante, pois a lei orçamentária “estima a receita e fixa a despesa”.

Princípios Orçamentários: Regras que cercam a instituição orçamentária, visando a dar-lhe consistência, principalmente no que se refere ao controle pelo Poder Legislativo. Os principais são: universalidade, unidade, exclusividade, especificação, periodicidade, autorização prévia, exatidão, clareza, publicidade, equilíbrio e programação.

Processo Orçamentário: Compreende as fases de elaboração e execução das leis orçamentárias – PPA, LDO e LOA. Cada uma dessas leis tem ritos próprios de elaboração, aprovação e implementação pelos Poderes Legislativo e Executivo.

Projeto: Tipo de ação destinada a alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da atuação governamental. Ver “ação”.

Proposta Orçamentária: No caso do Município, materializa o Projeto de Lei Orçamentária encaminhado pelo Poder Executivo à Câmara de Vereadores. É o projeto de lei elaborado pelo Poder Executivo, contendo a estimativa da receita e a fixação da despesa para determinado exercício financeiro. Depois de aprovada pelo Legislativo, sancionada pelo Prefeito e publicada na imprensa oficial, converte-se na lei orçamentária anual. Nos termos da Constituição, a proposta orçamentária deve observar as disposições do Plano Plurianual em vigor, bem como da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício.

Receita Corrente: Receitas que aumentam somente o patrimônio não duradouro do Estado, isto é, que se esgotam dentro do período compreendido pela lei orçamentária anual. São compostas por receitas derivadas e originárias, das quais não resulta contraprestação financeira por parte do Estado. Corrente significa transferência de recursos do setor privado para o setor público. Compreende os seguintes grupos: tributária, de contribuição, patrimonial, agropecuária, industrial, de serviços, transferências correntes, outras receitas correntes.

Secretaria Municipal da Saúde

Receita de Capital: Receitas que alteram o patrimônio duradouro do Estado. Compreende as receitas provenientes da conversão de bens e direitos em espécie, do recebimento de amortizações de empréstimos anteriormente concedidos, da contratação de empréstimos a longo prazo, de transferências recebidas de outras pessoas de direito público ou privado para custear despesas de capital.

Receita Orçamentária: Valores constantes do orçamento, caracterizada conforme o art. 11 da Lei nº 4.320/64.

Receita Própria: As arrecadações pelas entidades públicas em razão de sua atuação econômica no mercado. Estas receitas são aplicadas pelas próprias unidades geradoras, em geral autarquias, fundações, fundos e empresas públicas.

Receita Pública: A Receita Pública pode ser vista sob diversas óticas: 1 - a entrada de recursos que, integrando-se ao patrimônio público sem quaisquer reservas, condições ou correspondência no passivo, vem acrescer o seu vulto como elemento novo e positivo; 2 - toda arrecadação de rendas autorizadas pela Constituição Federal, leis e títulos creditórios à Fazenda Pública; 3 - conjunto de meios financeiros que o Estado e as outras pessoas de direito público auferem, livremente e sem reflexo no seu passivo e podem dispor para custear a produção de seus serviços e executar as tarefas políticas dominantes em cada comunidade. Em sentido restrito, receitas são as entradas que se incorporam ao patrimônio como elemento novo e positivo; em sentido lato, são todas quantias recebidas pelos cofres públicos, denominando-se entradas ou ingressos. Nem todo ingresso constitui receita pública; o produto de uma operação de crédito, por exemplo, é um ingresso, mas não é receita nessa concepção porque, em /contraposição à entrada de recursos financeiros, cria uma obrigação no passivo da entidade pública; 4 - no sentido de caixa ou contabilístico, são receitas públicas todas e quaisquer entradas de fundos nos cofres do Estado, independentemente de sua origem ou fim; 5 - no sentido financeiro ou próprio, são receitas públicas apenas as entradas de fundos nos cofres do Estado que representem um aumento do seu patrimônio. Outra maneira de definir a receita pública é considerar que, para que exista uma receita pública, é necessário que a soma de dinheiro arrecadada seja efetivamente disponível, isto é, que possa, em qualquer momento, ser objeto dentro das regras políticas e jurídicas de gestão financeira, de uma alocação e cobertura de despesas públicas; 6 - de acordo com o Regulamento Geral de Contabilidade Pública, a receita pública engloba todos os créditos de qualquer natureza que o governo tem direito de arrecadar em virtude de leis gerais e especiais, de contratos e quaisquer títulos de que derivem direitos a favor do Estado.

Receita Tributária: Envolve os tributos na conceituação da legislação tributária: impostos, taxas e contribuição de melhoria.

Receita Vinculada: Receita arrecadada com destinação específica estabelecida na Constituição Federal e demais legislações, destinada a determinado setor, órgão ou programa. Se a receita vinculada é instrumento de garantia de recursos à execução do planejamento, por outro lado, o aumento da vinculação introduz maior rigidez na programação orçamentária.

Regime de Caixa: Modalidade contábil que considera para a apuração do resultado do exercício apenas os pagamentos e recebimentos ocorridos efetivamente no exercício.

Regime de Competência: Modalidade contábil que considera os fatos contábeis ocorridos durante o exercício para fins de apuração dos seus resultados.

Regime Misto: Modalidade conceitual estabelecida pela Lei nº 4.320/64, art. 35, Título IV - Do Exercício Financeiro, que determina para a execução orçamentária, a combinação do Regime de Caixa para as receitas, ou seja, a realização dessas após o efetivo impacto nas disponibilidades financeiras e o Regime de

Secretaria Municipal da Saúde

Competência para a despesa, reconhecendo-a em momentos diferentes, quais sejam: 1- a obrigação em potencial ocorre no primeiro estágio, denominado empenho da despesa e que resulta em potencialidade passiva; 2- a obrigação real que ocorre no segundo estágio consiste na verificação do direito adquirido pelo credor, tendo por base os documentos hábeis que sustentam a efetiva realização da despesa correspondente (fase da liquidação).

Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO): Documento que a Prefeitura é obrigada a publicar no mês seguinte ao final de cada bimestre, compreendendo os Poderes Executivo e Legislativo, contendo os dados do balanço orçamentário, das receitas realizadas e por realizar, atualizadas, das despesas autorizadas, realizadas e saldos; apuração da receita corrente líquida e das receitas previdenciárias, os resultados nominal e primário; as despesas com juros da dívida pública. O relatório do último bimestre deve apresentar, ainda, dados do cumprimento do art. 167, III, da Constituição, das projeções atuariais do regime próprio de previdência social e da aplicação das receitas de alienação de ativos. (LRF, arts. 52 e 53).

Restos a Pagar: Despesas empenhadas, mas não pagas, até 31 de Abril, distinguindo-se as processadas (despesas empenhadas e liquidadas) das não processadas (despesas apenas empenhadas e aguardando a liquidação).

Sistema Único de Saúde – SUS: Conjunto de ações e serviços de saúde, prestados por órgãos e instituições públicas federais, estaduais e municipais, da administração direta, indireta e fundacional, destinados ao público em geral.

Suplementação: Aumento de recursos por crédito adicional, para reforçar as dotações que já constam na lei orçamentária.

Tributo: Receita instituída pela União, pelos Estados, Distrito Federal e Municípios, compreendendo os impostos, as taxas e contribuições de melhoria, nos termos da Constituição e das leis vigentes em matéria financeira. A Constituição de 1988 colocou as contribuições sob o mesmo regime constitucional dos tributos em geral, às quais são aplicadas as normas gerais de legislação tributária e os princípios da legalidade, irretroatividade e anterioridade.

Unidade Orçamentária: Entidade da administração direta, inclusive fundo ou órgão autônomo, da administração indireta (autarquia, fundação ou empresa estatal) em cujo nome a lei orçamentária ou crédito adicional consigna, expressamente, dotações com vistas à sua manutenção e à realização de um determinado programa de trabalho. Constituem desdobramentos dos órgãos orçamentários.

Fonte Glossário (parte das definições, maio de 2018):

<http://orcamento.sf.prefeitura.sp.gov.br/orcamento/uploads/glossario.pdf>